



VERA CRUZ



TEMPO, TERRA E GENTE

CELESTE DUMMER
MARINA AMANDA BARTH
MARLI SILVEIRA
MATEUS SILVA SKOLAUDE





HISTÓRIA REVISITADA

Escrever sobre a história de Vera Cruz não é uma tarefa fácil, como não seria sobre outros lugares, épocas, fatos. A história pode ser revisitada, pois no fundo não podemos olhar de fora, estamos no tempo dos acontecimentos. Cumpria-nos, contudo, aprimorar os lastros e trajetórias, permitindo a plenitude das etnias que estiveram e estão presentes no processo de formação e ocupação do que conhecemos por tradição histórica vera-cruzense. Índios, negros, lusos, alemães, etc. Procurar assegurar aos principais elementos humanos e tradições um lugar na nossa história, este foi o fio condutor do trabalho que agora entregamos à comunidade vera-cruzense.

Longe da pretensão de contar toda a história, o livro propõe, abre caminhos para novas pesquisas e trabalhos. Angústia positiva, pois muito ainda precisa ser escrito. Angústia redentora à medida que o livro não se inscreve como derradeiro, mas como indicativo importante da história vivida e cujos fatos, documentos, artefatos, vestígios, mitos, oralidade, permitiram trazê-la à tona.

Os 50 anos de Vera Cruz mereciam um livro da nossa história. Um presente que se tornará presente na vida da comunidade, servindo como fonte de pesquisa e âncora viva entre passado-presente-futuro.

Parabéns, Vera Cruz!

Marli Silveira
Ex-Secretária de
Cultura de Vera Cruz



VERA CRUZ

TEMPO, TERRA E GENTE

CELESTE DUMMER

MARINA AMANDA BARTH

MARLI SILVEIRA

MATEUS SILVA SKOLAUDE

1^a EDIÇÃO

VERA CRUZ - RS - 2009

Lupa  **Graf**

gráfica • editora

Todos os direitos reservados

Fotos: Acervo histórico de Vera Cruz, de particulares e divulgação

Capa, projeto gráfico e diagramação: Cristiano Henrique Schindler

Revisão: dos autores

Impressão e edição: LupaGraf

Tiragem: 1.000 exemplares

V473 Vera Cruz : tempo, terra e gente / Celeste Dummer... [et al.]. --
Vera Cruz : LupaGraf, 2009.
109p. : il.

ISBN 978-85-98355-03-0

Bibliografia

1. Colonização – Vera Cruz (RS) – História. 2. Vera Cruz (RS) –
História. I. Dummer, Celeste.

CDD : 981.65

Catálogo : Bibliotecária Edi Focking CRB-10/1197

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que colaboraram com informações, indicaram fontes de pesquisa, disponibilizaram documentos, entenderam a importância de reunir em livro a história que se construiu no tempo por gente disposta a desbravar uma terra promissora.

AGRADECIMENTO ESPECIAL E RECONHECIMENTO

Ao Professor Bernardo Heck pela disponibilidade e colaboração com o Arquivo Público, pelo auxílio às pesquisas, pela indicação de fontes, pela perseverança e defesa da importância de resgatar, valorizar e divulgar a história da formação do Município de Vera Cruz.

PREFÁCIO

Com a atual visão de História – conhecer o passado para melhor construir o futuro – tornou-se indispensável cada povo resgatar o seu passado. Nesse sentido, veio em boa hora a vontade do Conselho Municipal de Cultura e o apoio do Executivo Municipal editar o livro “Vera Cruz: tempo, terra e gente.”

O histórico não deve ser um fim em si mesmo, senão um meio posto ao alcance da comunidade para redimensionar o alcance de seus objetivos e metas.

A presente obra escrita por Celeste Dummer, Marina Amanda Barth, Marli Silveira e Mateus Silva Skolaude é um trabalho pensado e elaborado para mostrar com detalhes e, em sequência cronológica, a formação do Município de Vera Cruz deste os primórdios até a sua emancipação política em 1959.

Com as informações reunidas, pode servir de fonte permanente de estudos, não só para pesquisadores, mas para todos os vera-cruzeses.

Almeja-se a união de esforços de todos na busca constante para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural dos habitantes do Município no seu 50º aniversário de emancipação política.

Conselho Municipal de Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. Índios: os primeiros habitantes de Vera Cruz	15
2. Os portugueses	21
2.1 Dona Josefa Maria Branca	23
2.2 Pedro Inácio Borges	24
3. Historiografia sobre o negro nas zonas de colonização/imigração alemã no Rio Grande do Sul: o caso de Vera Cruz na região do Vale do Rio Pardo	27
3.1 O negro em Vera Cruz	33
4. Os imigrantes alemães	37
4.1 Linha Dona Josefa	39
4.2 Linha Andréas	44
4.3 Villa Thereza	44
4.4 Linha Bom Jesus	52
4.5 Linha Ferraz	53
4.6 Linha Sítio	55
4.6.1 Vila Maluca	59
4.6.2 Vila Progresso	60
4.7 Linha da Tapera	60
4.8 Linha Henrique D'Ávila	61
4.9 Linha do Fundinho	61
4.10 Linha Borges de Medeiros	61
5. Educação em Vera Cruz	63
5.1 Escola Particular Católica	64
5.2 Escola Particular Evangélica Luterana Trindade	65
5.3 Escola Particular Aula Evangélica	67
5.4 Escola Estadual José Jerônimo Mesquita	68
6. Entidades Religiosas	69
6.1 Comunidade Católica Imaculada Conceição	69
6.2 Comunidade Evangélica de Alto Ferraz	71
6.3 Paróquia Santa Teresa	73

6.3.1 Comunidade Católica São Luiz	74
6.3.2 Comunidade Católica Sagrada Família	75
6.3.3 Comunidade Católica São José.....	76
6.3.4 Comunidade Católica Santa Teresinha	77
6.3.5 Comunidade Católica Nossa Senhora Auxiliadora.....	78
6.3.6 Comunidade Católica Sagrado Coração de Jesus.....	79
6.3.7 Comunidade Católica Santa Ana.....	80
6.4 Comunidade Evangélica de Vera Cruz.....	81
6.5 Comunidade Evangélica Luterana Trindade	83
6.6 Comunidade Evangélica Luterana Cristã de Ferraz.....	85
6.7 Comunidade Evangélica de Linha Andréas.....	86
7. Clubes Sociais	87
8. Criação do Município de Vera Cruz.....	89
8.1 Os emancipacionistas	91
8.2 A Câmara de Vereadores	96
8.3 O Primeiro Vice-Prefeito.....	97
8.4. Prefeito Nestor Frederico Henn: um líder comunitário.....	98
8.4.1 Um pouco da genealogia	99
8.4.2 Nestor Henn: vida e obra	101
8.5 Reminiscências de Vila Teresa	104
8.5.1 O grande interesse pela eletrificação rural.....	104
8.5.2 Como ajudar ao próximo: um exercício que passou para a história	104
8.5.3 A política de hoje e de ontem	105
8.5.4 Os premiados na exposição de 1901 – Medalhas de Ouro, Prata e de Bronze	105
8.6 Nestor Frederico Henn: um olhar.....	106
8.7 Líder Municipalista	107
CONCLUSÃO	109
BIBLIOGRAFIA.....	111

INTRODUÇÃO

A realização da obra “Vera Cruz: tempo, terra e gente” surgiu da troca de ideias durante uma reunião do Conselho Municipal de Cultura criado ao final do ano de 2007.

Os componentes debatiam a participação dos membros de forma atuante sem tornarem-se meros expectadores e/ou aprovadores dos planos, projetos e atividades da Secretaria Municipal de Cultura.

Com a proximidade dos 50 anos de emancipação política foi lembrada a falta de organização dos dados e fatos históricos, as pesquisas já realizadas e publicadas em jornais e livros sem uma sequência cronológica que possibilitasse aos leitores, pesquisadores e cidadãos vera-cruzenses conhecerem a origem e a formação do Município.

Formou-se, assim, um grupo disposto a trabalhar. Foram distribuídas as tarefas segundo identificação e domínio do assunto: os índios, os portugueses, os negros e os imigrantes alemães na formação de Vera Cruz.

Os dados reunidos são resultados de pesquisadores incansáveis e solitários que se dedicaram a garimpar fontes de pesquisa, separar documentos, cruzar informações e torná-los públicos para que as gerações do presente e do futuro possam compreender a delimitação do espaço geográfico e a formação da gente de Vera Cruz desde os primórdios até a emancipação no ano de 1959.

A organização da obra apresenta a sequência cronológica dos fatos e a formação do Município segundo pesquisas realizadas.

Destina-se a levar ao conhecimento de todos a história e o trabalho de pessoas de várias etnias que fizeram surgir um município que comemora 50 anos de emancipação política.

I. ÍNDIOS: OS PRIMEIROS HABITANTES DE VERA CRUZ

MARINA AMANDA BARTH

Quando falamos em história de Vera Cruz, normalmente, lembramos dos colonos imigrantes que vieram para estas terras. Geralmente contada a partir da chegada dos primeiros imigrantes germânicos em meados do século XIX. Mas a ocupação humana retrocede muito a este período histórico.

Este capítulo do livro “Vera Cruz: tempo, terra e gente” tem por objetivo levar os leitores a um passado remoto, deste Município. Período quando, aqui viviam grupos humanos com costumes diferentes dos atuais. Obtinham seu sustento da caça, pesca, coleta e alguns tinham pequenos cultivos. Estes por sua vez deixaram legado cultural importante presente ainda hoje entre nós, como a boleadeira, o chimarrão de uso dos tradicionalistas gaúchos e o amendoim, mandioca, milho, feijão e a batata cultivados pelos agricultores que aparecem na nossa alimentação diária.

Antes de descrevermos como viviam estes primeiros moradores, devemos levar em conta que nós ocupamos hoje o mesmo território que eles no passado. No entanto, o que nos difere é a forma como aproveitamos os recursos naturais. Devemos lembrar que fizemos história a todo momento. Quando estamos interagindo uns com os outros na sociedade e com a natureza quando estamos mudando algo e criando outro, assim, criamos e recriamos o que a natureza nos oferece para satisfazer nossas necessidades. Modificamos o meio em que vivemos com a agricultura, pecuária, habitação, construção de

rodovias, linhas de transmissão elétricas, loteamentos, parques industriais...

Assim como o homem atual, o homem do passado aproveitava os recursos naturais para viver. Habitava próximo a rios, das rochas e seixos faziam batedores, polidores, alisadores e afiadores em caneleta para confeccionar os instrumentos que usavam em seu dia a dia como as pontas de flecha, lança e boleadeira para a caça, talhadores, raspadores, machados para trabalhar a madeira e a mão de pilão para triturar os grãos entre outros. Além de cultivar a terra para seu sustento com plantio da mandioca, do milho e do amendoim, utilizavam a argila para produzir as panelas de barro, nas quais guardavam seus alimentos e sepultavam seus mortos.

Conhecemos um pouco dos primeiros habitantes de Vera Cruz, devido à ciência arqueológica que estuda os vestígios materiais destes grupos humanos do passado. A partir das marcas e objetos deixados pelo homem é possível desvendar quais os recursos que utilizava para se adaptar ao meio ambiente que vivia. Os dados apresentados nesse capítulo são fruto de pesquisas realizadas pelo CEPA – Centro de Ensino Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul - desde os ano de 1974 a 2008. O estudo desses vestígios nos possibilita um quadro ainda bastante fragmentado da ocupação humana de Vera Cruz, pois os vestígios materiais presentes no solo têm muito a nos revelar sobre o nosso passado. Mesmo se tratando de documentos escritos, ainda temos uma carência significativa, quanto o contato dos grupos indígenas com as culturas posteriores que habitaram este território: os lusos, negros e os alemães. No entanto, estes dados históricos podem estar presentes nas lavouras e em antigas residências que, comparados com os documentos escritos, poderão esclarecer grande parte de nossa história. Assim, a arqueologia é a ciência histórica mais completa, pois tem o privilégio de estudar os vestígios matérias deixados pelo homem anterior e posterior ao início da escrita, sendo que no segundo caso pode concordar, discordar ou contribuir com os documentos escritos.

Esta parte do livro tem por objetivo descrever como viviam os primeiros habitantes do Município .Os dados arqueológicos nos reve-

lam que o primeiro homem a habitar Vera Cruz vivia no período intermediário do Pleistoceno (2000000 a 11000 AP¹.) e o Holoceno (11000 AP. até o presente), ou seja, entre os dois períodos por volta de 12000 AP. A Tradição² Umbu, segundo Ribeiro (1990), esteve diante de uma paisagem de variação de campo e estepe com formação florestal em locais úmidos no início do Holoceno. Através da mudança climática, do frio, seca e aridez para temperatura amena e úmida possibilitou a expansão da floresta subtropical. Com a mudança do clima e da vegetação, a fauna também sofreu alterações. Extinguiram-se algumas espécies da megafauna como a preguiça terrícola de dois metros de altura, o tatu gigante de um metro e meio de altura e quatro metros de comprimento e a fauna de pequeno porte como cavalos e ilhamas. Ainda há fosséis da fauna e flora desse período no solo rio-grandense inclusive no de Vera Cruz .

A Tradição Umbu, por não ter residência fixa, se locomovia da região do Paraná à Patagônia na Argentina e deixou seus vestígio no Vale do Rio Pardo por volta de 3000 anos AP (período que se supõem que tenham deixado suas marcas em Vera Cruz na localidade de Dona Josefa). Formado por bando de mais ou menos vinte e cinco pessoas, ocupavam áreas próximas a pequenos córregos ou rios. Seus vestígios habitacionais normalmente são encontrados em abrigos sob rocha, porém poderiam ter acampamen-



¹ Segundo Klamt e Soares (2005) Utiliza-se o termo Antes do Presente (AP) para indicar as datas das sociedades, civilizações ou objetos. A data estabelecida para isto é 1950, quando se descobriu o método de datação por Carbono Radioativo, ou rádioocarbono (Carbono 14)

² Características e técnicas de confecção de objetos com persistência temporal. A arqueologia difere os grupos humanos do passado de acordo com a técnica e produção dos objetos.

tos em áreas a céu aberto. Alimentavam-se de animais como veado, anta, porco do mato, tatu, ratão-do-banhado e peixes os quais caçavam com auxílio flechas e boleadeira, produzidas a partir de blocos de pedra ou seixos que eram lascados e polidos. Os raspadores utilizados para raspar a madeira e retirar a carne do couro e os furadores poderiam ser utilizados para perfurar o couro utilizado na confecção de vestimenta. Além de caçadores coletores, este grupo era formado por artistas e deixaram raros vestígios de sua arte em blocos de pedra conhecidos como petróglifos cujos vestígios existem ainda hoje em Vera Cruz.

Outro grupo que habitou o Vale do Rio Pardo, inclusive a região sul de Vera Cruz, foi a Tradição Vieira na localidade de Entre Rios. Moravam e enterravam seus mortos em cerritos (montículos de terras artificiais) por ocuparem regiões planas e alagadiças. Obtinham sua subsistência da caça e coleta, confeccionavam a cerâmica apesar de não se ter vestígios que tenham praticado o cultivo. Os vestígios materiais desta tradição são poucos: como talhadores, raspadores e pontas de flecha.

O último grupo que deixou seus vestígios em Vera Cruz e também mais conhecidos pela população por ter mais sítios pesquisados e, portanto, ocupado a região com mais intensidade é a Tradição Tupiguarani. Seus remanescentes hoje vivem em reservas indígenas no Rio Grande do Sul. No passado, estes grupos estavam dispersos, segundo Ribeiro (1991), da Amazônia ao Rio do Prata e do Atlântico à Bolívia e Paraguai. Habitaram amplamente e por longo período o Vale do Rio Pardo. Assim, vários sítios desta Tradição localizados em Dona Josefa, Ferraz e Linha Capão estão registrados no CEPA/UNISC.

Sua principal forma de subsistência era a agricultura, mas também coletavam frutos e mel. Cultivavam mandioca, milho, batata, abóbora, feijão, amendoim; caçavam animais como ratão-do-banhado, tatu, capivara, anta, veado e lagarto.

Um dos principais vestígios desta Tradição são as vasilhas de cerâmica: panelas, tigelas e urnas funerárias. Fragmento destas são encontradas nas lavouras por agricultores. As decorações são variadas desde corrugados, unglados, escovados e pintados como também o seu uso, sendo utilizadas para armazenar alimentos, líquidos e também

para sepultar os mortos.

As aldeias eram dispostas em forma circular nas várzeas mais largas e nos vales encaixados de forma linear (Klamt, 2005). Sendo que em cada habitação poderia viver mais de uma família.

Estes são os primeiros grupos humanos a residirem em Vera Cruz. No entanto, em municípios próximos como Sinimbu e Herveiras temos vestígios da Tradição Taquara a qual, devido ao frio, habitava casas subterrâneas, alimentava-se do pinhão e produzia cerâmica. Nenhum vestígio deste grupo foi registrado, até o momento, pelo Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas em Vera Cruz. É importante ressaltar que existem muitos vestígios destes grupos a serem encontrados e quando identificados por um membro da comunidade, este deve entrar em contato com o centro de pesquisa mais próximo para os pesquisadores irem ao local averiguar a existência ou não de sítio. O patrimônio arqueológico que está presente no solo preserva a história e é protegida por lei.

Quando é constatada a localização de sítio em determinada área ou obra, a atividade é paralisada para serem tomadas medidas de proteção dos vestígios através da coleta ou escavação, orientado por arqueólogo reconhecido pelo IPHAN³. O material, depois de pesquisado, fica sob guarda do instituto de pesquisa que o recolheu e a disposição da comunidade para estudos.

Como podemos averiguar, os primeiros habitantes de Vera Cruz antecedem muito ao período da imigração alemã na região. Deixaram



³ Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional.

seus vestígios em todo o Município, além de contribuírem muito com nossas tradições e o cultivo de diversas culturas: amendoim, mandioca, abóbora, batata, tabaco, milho, a erva mate e a boleadeira usada nos centros tradicionalistas. Assim, o tempo passa, mas vestígios culturais permanecem. Desta forma, as diversas etnias que formam o Município têm sua diversidade cultural específica, sendo que cada uma contribui para a riqueza da miscigenação cultural que presenciamos dia após dia.

RELAÇÃO DE SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DE VERA CRUZ (CEPA/UNISC)



Localidade	Sítio	Quantidade
Entre Rios	Tradição Viera	7
Vila Progresso	Tradição Tupiguarani	2
Linha Sítio	Tradição Tupiguarani	2
Ponte Andréas	Tradição Tupiguarani	1
Rincão da Serra	Tradição Viera	3
Dona Josefa	Tradição Umbu e Tradição Tupiguarani	5
Ferraz	Tradição Umbu e Tradição Tupiguarani	7
Linha Capão	Tradição Tupiguarani	2

2. OS PORTUGUESES

Os portugueses chegaram ao Rio Grande do Sul atendendo a uma necessidade de ocupação e defesa do território, os interesses comerciais em torno do gado e do charque. As necessidades de alimentação das zonas de mineração e de alimentação dos escravos com um produto barato valorizavam a carne gaúcha e o Estado tornou-se um grande exportador.

Para assegurar a ocupação do território e garantir a produção iniciou-se a distribuição gratuita de terras denominadas sesmarias.

As concessões de sesmarias de terras eram feitas observando-se o critério de premiar pessoas que haviam prestado relevantes serviços ao Império. Quando feita a militares, ficavam esses comprometidos a defender nossas fronteiras sempre que as circunstâncias exigissem.

A distribuição das sesmarias se deu de forma gratuita, embora houvesse a obrigatoriedade do pagamento do dízimo de Cristo no Brasil representou um imposto e não renda feudal. Enquanto fomos colônia de Portugal, as terras que hoje formam o Brasil pertenciam ao rei português e ele as distribuía a quem bem quisesse. À metrópole interessava doar as sesmarias – que eram grandes extensões de terras - àqueles que dispunham de recursos para explorar essa terra, e assim manter o domínio sobre a região.

Como a terra tinha pouco valor, Portugal concedeu sesmarias

para garantir futuros investimentos na produção destinada à exportação, em vez de assegurar sua efetiva ocupação. Dessa forma, “a terra podia ser legitimada e possuída sem ser imediatamente cultivada ou ocupada, bastando, para tanto, que fosse futuramente utilizada – o que, obviamente, constituía uma perversão dos objetivos originais da lei da sesmaria.

No Brasil, a terra foi repartida em enormes latifúndios. Uma sesmaria media em torno de 43.560.000 metros quadrados, ou seja, 13.068 hectares. Era muita terra para ser trabalhada. A viabilidade do empreendimento passava pelo trabalho cativo. Neste sentido, as autoridades destinaram a terra, não para que seu proprietário trabalhasse, mas que fizesse outros trabalharem por si, desconsiderando a função social da terra.

Essa distribuição consolidou seus beneficiados, que se tornaram uma “classe dominante aristocrática, escravagista e orientada para o comércio”. Sem dúvida foi a gênese do latifúndio atual, pois em 1822, no ano em que o Brasil tornou-se independente de Portugal, conforme parecer de Gonçalves Chaves, publicado naquele ano, “havia muitas famílias pobres, que vagavam sem rumo, à mercê dos favores e caprichos dos senhores de terras, e que nunca tinham como obter seu pedaço de terra, no qual pudessem estabelecer-se de vez permanentes.”

Vários governadores-gerais, seus filhos e protegidos receberam sesmarias imensas, às vezes verdadeiras donatárias. A legislação não se preocupava com o tamanho dos lotes. Na realidade, não havia mercado imobiliário. Somente em fins do século XVII, a Coroa tentou limitar a extensão das sesmarias, exigindo que cultivassem as terras ociosas em determinado prazo. As sesmarias deveriam ser medidas, demarcadas e os sesmeiros deviam pagar o dízimo de Cristo sobre a produção.

A ocupação da região em que está localizado Vera Cruz também se deve à concessão de terras a portugueses. As pesquisas já realizadas identificaram Dona Josefa Maria Branca e Pedro Inácio Borges.

2.1 DONA JOSEFA MARIA BRANCA

Dona Josefa Maria Branca - casada em primeiras núpcias com Euzébio Domingues da Silva e, em segundas núpcias, com o major Felipe Carvalho da Silva - era proprietária da sesmaria situada entre os rios Pardo e Pardinho e os morros que dão início à Coxilha Grande, estendendo-se até Entre Rios na região sul do Município (estrada da Linha Tapera).

Ao final do ano de 1854, a 20 de dezembro, a Lei nº 309 abre crédito para a desapropriação das terras da sesmaria de Dona Josefa Maria Branca.

A Lei nº 377, de 20 de novembro de 1857, autoriza ao presidente da província a “desapropriar ou ocupar”, novamente, as terras do Faxinal de Dona Josefa, entre os rios Pardo e Pardinho.

O Diretor da Colônia de Santa Cruz, Johan Martin Buff, mandou medi-las em prazos agrícolas e o engenheiro Carlos Trein Filho fez os protocolos e transformou a sesmaria em Colônia de Dona Josefa.

Também na região sul, conforme escritura do lote colonial nº 25 comprado pelo imigrante João Schneider, de Linha Sítio, datada de 30 de outubro de 1875, as terras pertenceram – até serem compradas por Manuel José Ferreira Lopez e/ou Joaquim José de Brito – a diversos herdeiros de Felipe Carvalho da Silva e Dona Josefa Maria Branca.

Diante das evidências encontradas em escrituras de terras situadas em Linha Tapera (lote 11) parece possível dizer que a sesmaria de Dona Josefa estendia-se até a estrada da Localidade e, a partir dali, em direção a Entre Rios iniciava o território de Pedro Inácio Borges.

“a certidão do inventário... do lote colonial número onze (11), do Faxinal de dona Joséfa, segundo (2º) distrito deste município, contendo a área de cinquenta e dois e meio hectares (52,5 ha), mais ou menos e dividindo-se: na frente com a Estrada Geral, nos fundos com o Rio Pardo; por um lado com o lote número dez e, por outro lado, com o lote número doze da mesma Linha; havido por compra a Estevão Spirek.” 17.03.1928

2.2 PEDRO INÁCIO BORGES

As informações referentes à vinda de pessoas para a região sul do Município indicam a presença de portugueses. Há dados sobre Pedro Inácio Borges – ex-oficial militar da cavalaria portuguesa – que recebera terras da Rainha Maria I, mãe de D. João VI, em 1788, localizadas entre a confluência dos rios Pardo e Pardinho – Entre Rios – até a estrada da Linha Tapera. O contemplado com as terras, ao fazer o reconhecimento da área, seguindo a trilha dos farrapos, estranhou a presença exagerada de feras, mosquitos e insetos. Desistiu do presente e somente o filho Francisco Antônio de Menezes Borges teria retornado mais tarde, provavelmente, na década de 1852, ou seja, 64 anos depois do pai ter abandonado a região. Fixou residência na localidade com a esposa Ana Maria e sete filhos: Carlota, Francisco, Antônio, Gabriel, Maria, Davi e Emília. Antes de residir em Entre Rios, às margens do Rio Pardo, moravam na Fazenda Abelina que, mais tarde, pertenceu ao apicultor Frederico Augusto Hannemann.

A Lei nº 601 de 1850 – Lei das Terras – foi regulamentada em 1854 e estabelece regras de ocupação das terras devolutas e define como única forma de acesso à terra a compra, transformando-a em mercadoria, monopólio de quem pode pagar por ela.

A partir de 1860, as terras de Francisco Antônio de Menezes Borges – filho de Pedro Inácio Borges – passam a atrair a atenção dos colonos, pois tratava-se de uma colônia particular, onde já havia 30 colonos instalados.

As terras oferecidas pelo governo eram terras devolutas e de péssima qualidade, já sobre as escarpas da serra (Ferraz e São João) e não foram aceitas pelos imigrantes.

Em 1867, Manuel José Ferreira Lopez – negociante em Rio Pardo – Capitão Joaquim José de Brito e João Pedro Koelzer – negociante e vereador em Santa Cruz - com a ajuda do Engenheiro

Carlos Trein Filho⁴, demarcaram a colônia, dividindo-a em lotes – 45 a 52 hectares – que foram vendidos para colonos alemães, em sua maioria luteranos, que se dirigiram para esta região, principalmente, nas décadas de 1870 e 1880 provenientes de Pomerânia e Prússia

Francisco Antônio de Menezes Borges ficou de posse das terras que hoje formam Entre Rios, ou seja, o extremo sul do Município.



FAMÍLIA DE GABRIEL DE MENEZES BORGES

⁴ Segundo informações obtidas junto a descendentes da família Borges, teriam recebido as terras em troca da regularização e demarcação dos lotes coloniais.

3. HISTORIOGRAFIA SOBRE O NEGRO NAS ZONAS DE COLONIZAÇÃO/IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DE VERA CRUZ NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO

MATEUS SILVA SKOLAUDE

As últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI estão marcados por uma quantidade significativa de pesquisas nas ciências humanas e sociais sobre temas como, discriminação, preconceito e desigualdades entre brancos e negros no Brasil. Nesse contexto, verifica-se um intenso debate em torno de conceitos como identidade étnica, políticas afirmativas, comunidades quilombolas, cultura negra, entre outros. Esse processo tem tido o mérito de reavivar o debate acerca da formação do povo brasileiro e das dificuldades de criação de políticas públicas, que levem à superação das desigualdades históricas provocadas pelo escravismo e o racismo no país⁵.

Diante desse quadro, a atenção para fenômenos regionais de construção identitária se tornou um campo importante de análise para as relações de sociabilidade, pertencimento, reconhecimento, inclusão e exclusão social. Para tanto, o presente artigo pretende problematizar o processo de formação histórico e cultural de Vera Cruz, cidade que se localiza na região do Vale do Rio Pardo e se caracteriza pelo predomínio de uma narrativa identitária germânica. Desta forma, este texto propõe uma reflexão sobre os dispositivos envolvidos na construção da historiografia regional e os desdobramentos desta junto aos diversos grupos étnico/culturais que compõem a região, mas, sobretudo, os sujeitos afro-descendentes.

É importante destacar que o processo de colonização/imigra-

⁵ Ver: (COSTA, 2006; MUNANGA, 2004; SANSONE, 2004; SKOLAUDE 2008; GUIMARÃES, 2006; SCHWARCZ, 2001; SILVA, 2007; HASENBALG, 2005).

ção germânica que se estabeleceu a partir de 1849 com a fundação da Colônia de Santa Cruz é tema amplamente explorado por estudiosos, que por sua vez, difundiram a idéia de inexistência ou da reduzida participação do negro na história regional. Esta argumentação, também vale para a história de Vera Cruz, isto é, os autores que escreveram sobre a formação histórica do atual município, afirmaram em suas obras ser o local produto quase que exclusivo do trabalho dos imigrantes de origem européia. Em razão disto, a presença e a própria participação do negro na história e na sociedade vera-cruzeense foi invisibilizada.

Diante disso, é oportuno dizer que não se resgata o passado, este não se encontra perdido em um tempo distante. A forma que a história adquire no presente, associa-se aos saberes que orientam o trabalho do historiador que, por sua vez, estão carregados de uma carga considerável de subjetividade. Não é por outro motivo, que cada presente reivindica para si uma versão do passado. Nesse caso, a história regional, feita por historiadores e profissionais diletantes, sobre a imigração/colonização alemã na região do Vale do Rio Pardo é tema que, na maioria das vezes, se manteve circunscrita a grupos de pessoas oriundas das próprias áreas de colonização, grande parte destes, motivados por uma perspectiva folclorizada da história. Daí por que, a forma como estas obras foram construídas indicam a presença de uma narrativa muito próxima de uma visão romântica sobre o passado⁶.

No conjunto de características comuns que norteiam os trabalhos acerca da colonização/imigração alemã na região do Vale do Rio Pardo, é recorrente a ética do trabalho como ferramenta fundamental do espírito empreendedor e associativo, a moralidade e a higiene (limpeza) na vida cotidiana, o mito do pioneirismo como matriz genealógica da comunidade e o diferencialismo étnico estruturado em discursos contrastivos da identidade cultural hegemônica. No caso do pioneirismo imigrantista, vários autores apontam como ele foi traduzido miticamente pela comunidade e pela historiografia mais tradicional:

⁶ É importante destacar, que as zonas de colonização/imigração alemã no estado do Rio Grande do Sul não são um caso isolado. Chauí (2000) indica que a historiografia constrói heróis em todas as partes do mundo, com objetivos, na maioria das vezes, de traçar uma identidade local e encontrar as raízes, a origem do mito fundador.

Em algumas publicações, o pioneirismo dos colonos, chamados de “bandeirantes do Sul”, é comparado ao papel dos bandeirantes paulistas no povoamento do interior do País. A imagem que emerge dessa comparação é a do colono pioneiro, com ampla capacidade de trabalho derivado de sua condição étnica, que criou um mundo civilizado cercado pela barbárie cabocla. O caboclo aparece como sinônimo de (luso) brasileiro e definido por um conjunto de características estigmatizantes atribuído, em parte, à mestiçagem desregrada e à inferioridade racial de negros e índios. Os brasileiros (e dessa definição genérica só estão excluídos os descendentes de imigrantes europeus que participaram da colonização) são chamados de malandros, atrasados, descuidados, beberrões, etc. (SEYFERTH, 1994, p. 19)

Assim, o mito civilizador do imigrante, bem como a coragem e o trabalho, são os sinais diacríticos⁷ reivindicados frente a outros grupos étnicos que deram origem ao povo vera-cruzeiro, o afro-descendente, o luso-brasileiro, o indígena, entre outros. Desta forma, a historiografia regional cumpre um papel importante na construção da narrativa de pertencimento identitário, caracterizando-se por um instrumento pedagógico privilegiado na evocação de uma identidade étnica como triunfo civilizatório, conforme demonstra esta reportagem:

A colonização de Vera Cruz data do ano de 1850 e iniciou pela localidade de Dona Josefa, numa faixa de terras entre as escolas desativadas Sete de Junho e Nossa Senhora Aparecida II. Esta área compreendendo o prazo colonial (lote) nº 45 foi ocupada pelo imigrante Philipe Limberger, que residiu na localidade até falecer, conforme comprova o túmulo que ainda pode ser encontrado. Quando Philipe chegou a Dona Josefa, encontrou uma área de matas nativas, povoada de aves e animais. Teve que habituar-se às dificuldades e, pelos registros, ficou morando três anos morando sozinho na localidade. (...) Em 1854 a colonização de Dona Josefa foi impulsionada pela chegada de um grupo de outros 10 colonizadores (...)⁸.

Nesta mesma direção, Jorge Cunha (1991) menciona que, em 1863, o então diretor da colônia, Carlos Schwerin, efetuando medidas na serra ao norte das Linhas Ferraz e São João, comunica que por ali

⁷ Conforme Oliven (2006, p. 34), sinais diacríticos são sinais que conferem uma marca de distinção, ou seja, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites, que assim, funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades, que por sua vez, são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas.

⁸ Jornal Arauto: (Caderno Especial, sexta-feira, 04/06/1999, p. 02).

pode ser construída uma estrada de rodagem que permita o acesso às terras devolutas de Cima da Serra e aos mercados das povoações do planalto. Mas, o que chama a atenção no ofício é a nota: “os vestígios, que existem por dentro destes mattos um quilombo numeroso, cuja destruição he tanto mais necessário, que a colonização de Santa Cruz ha de se estender por este lado até chegar em Cima da Serra” (CUNHA, 1991, p. 107). O historiador Mário Maestri (1995), destaca, também, que a região onde foi estabelecida a colônia germânica, em meados do século XIX, entre Rio Pardo e a serra, era lugar de constantes aquilombamentos, contudo, o período pós-colonização acabou restringindo a possibilidade de criação de novos quilombos, pois estes eram imediatamente denunciados às autoridades.

Diante destes dados pode-se notar que há, por parte da historiografia regional, uma resistência para com grupos já estabelecidos ou mesmo que participaram do processo histórico de desenvolvimento da região. Para tanto, é importante ter presente o fato de que, da mesma forma que a historiografia regional subestima a presença de outros grupos étnicos na formação de Santa Cruz do Sul, segundo Oliven (2006, p. 71) a historiografia tradicional do Rio Grande do Sul igualmente desdenha a presença do negro e do índio na formação da identidade gaúcha, ao contrário do que ocorreu no resto do Brasil a partir da década de 1930⁹. Outro dado importante, apontado por este autor, e que também merece ser comparado à história regional, refere-se ao fato de que é comum historiadores tradicionais se referirem ao “território rio-grandense nos primórdios da colonização ibérica como ‘terra de ninguém’” (OLIVEN, 2006, p. 70).

Assim, a mística do pioneiro, do primeiro colono ou imigrante, seus valores estruturais para a civilização e as tradições trazidas na “bagagem”, constituem os “valores” referenciais da história oficial. Entretanto, segundo Meyer (2000, p. 36-67), é necessário pensar em identidades culturais e em culturas sendo produzidas nas relações de sociabilidade e poder, através do contato político, social e pessoal

⁹Tal referência se torna pertinente porque a partir de 1933 com a publicação da obra, Casa Grande & Senzala, por Gilberto Freyre, o eixo da discussão historiográfica brasileira toma nova configuração, isto é, o vértice do debate é deslocado do conceito de raça para o conceito de cultura, permitindo um maior distanciamento entre o biológico e o cultural. Neste sentido, a grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram fundamental importância na formação cultural do Brasil, ou seja, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo, o autor permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desdenhada. (MUNANGA, 2004, p. 88).

mais intenso com luso-brasileiros, negros e outros grupos culturais. Isso supõe trabalhar com a idéia de diferentes identidades no interior do grupo, convivendo no mesmo espaço, ao mesmo tempo e ao longo do tempo, e implica a necessidade de historicizar essas identidades, situando-as nos contextos em que elas foram produzidas e modificadas. A presença da língua alemã entre afro-descendentes pode ser uma prova deste tipo de relação intra-grupal. Neste caso, destaca-se uma entrevista¹⁰ onde a pessoa comenta sobre a trajetória pessoal de seu pai, que residia em Vila Teresa, lugar onde se alfabetizou em alemão¹¹, para depois em português, tendo, anos mais tarde, migrado para Santa Cruz do Sul:

O meu pai era um homem que estudou bastante, ele se formou em Vera Cruz (Vila Tereza), em alemão, para depois em português. Veio para cá para desenvolver este município que nunca valorizou ele, e ele desesperou-se, e aí sabe como é (...) (SKOLAUDE, 2008, p. 100).

Outra questão que deve ser pesquisada e analisada mais aprofundadamente, na região do Vale do Rio Pardo, durante o Século XIX, deve-se ao fato da presença de escravos entre os primeiros imigrantes. Neste enfoque, um entrevistado quando questionado sobre o assunto, fala:

Porque ela foi praticamente colonizada pelos alemães que vieram aí, desbravaram todos esses penhascos e morros de Santa Cruz, mas, no meio, deste tempo, teve muito o braço do negro junto com eles, trabalhavam pra eles. Eu acho que eles foram os pioneiros mesmo, foram os pioneiros aqui em Santa Cruz do Sul aí depois é que veio os negros para trabalhar para eles, porque, aqui em Rio Pardo, existiam escravos que eram comercializados com os colonos de Santa Cruz que iam lá buscar os escravos para trabalhar aqui. Eu acho que, nesta leva, o meu avô também veio junto com o pai dele que também foi escravo (SKOLAUDE, 2008, p. 100).

¹⁰ Ver: Entrevistas realizadas com afro-descendentes residentes no município de Santa Cruz do Sul. (SKOLAUDE, 2008, p. 89-130).

¹¹ Em artigo intitulado: "Negros de fala alemã", Telmo Lauro Muller (1996, p. 238-239), aponta para alguns casos de negros que falavam fluentemente o alemão na Colônia de São Leopoldo.

Na narrativa acima, chama atenção que o entrevistado estabelece os imigrantes alemães como “pioneiros” e “desbravadores”, enquanto que o negro é lembrado como alguém que veio depois, para trabalhar para os colonos. Além disso, faz referência ao bisavô, que era escravo e que provavelmente tenha sido comercializado com os primeiros imigrantes alemães. Dessa maneira, é importante destacar que este discurso demonstra a necessidade de novas pesquisas que apontem para novas formas de organização, de sociabilidade, de relações interétnicas, que identifiquem a presença de negros (escravos, livres e forros) enquanto participes da vida econômica, social, política e cultural desta região no século XIX, já que houve um processo de invisibilização da presença negra por parte da historiografia regional, que se limitou a adotar como ponto de partida em suas pesquisas as proibições legais à prática da escravidão nas áreas de colonização/imigração alemã¹².

Portanto, este artigo tem como propósito contribuir nas discussões acerca da história regional, bem como nas relações de sociabilidade de determinados grupos étnicos, fundamentais na perspectiva de se pensar a alteridade como forma de justiça social. Neste caso, problematizar a forma como foi estruturado e perpetuado o passado da região do Vale do Rio Pardo é ponto primordial para a reflexão dos espaços e das possibilidades de visibilidade e reconhecimento de grupos alijados do discurso hegemônico, como é o caso dos afrodescendentes, nas regiões de colonização/imigração alemã.

¹² Cumpre-nos assinalar que em outras áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul, como é o caso da colônia de São Leopoldo, algumas pesquisas já estão sendo desenvolvidas nesta perspectiva, demonstrando a presença significativa de escravos nessa colônia. Ver: (ZUBARAN, 1994; CHARÃO, 2002; ALVES, 2004).

3.1 O NEGRO EM VERA CRUZ

CELESTE DUMMER

Em várias regiões do Brasil, as pessoas pensam que no Rio Grande do Sul só havia portugueses, espanhóis ou imigrantes alemães, italianos entre outros. Puro engano. Aqui também tinha negros escravos.

O negro também é um dos elementos formadores do povo rio-grandense. Foi gaudério, nômade, marginal da sociedade escravagista e quilombola. Foi trabalhador rural a cavalo. O gaúcho negro viveu nas estâncias e nas pequenas propriedades. Nas charqueadas enfrentou uma atividade árdua e sofrida. No preparo da carne com sal fabricou o charque. Nas fazendas curtiu o couro. Sol e chuva, frio e calor, inverno rigoroso e verão intenso exigiram dele a força e o sangue, a vida até a morte ou a piedade do estancieiro patrão. Tinha mão-de-obra negra escravizada nas lavouras de trigo de açorianos e portugueses. Esteve presente na casa da fazenda, na construção da cidade, na cozinha e na senzala.

Os escravos vieram ao RS em 1725 com a frota de João Magalhães. Em 1750 estavam na Guerra Guaranítica. Na década de 1770, na região do Prata, o lanceiro em ação militar participou dos conflitos de fronteira com os espanhóis.

Na Guerra dos Farrapos – 1835 a 1845 – os lanceiros negros farroupilhas, na cavalaria e infantaria, participaram das lutas. Teriam sido traídos pelos próprios comandantes farroupilhas, no massacre do cerro dos Porongos, em 1884.

Com o início da imigração alemã – 1824, em São Leopoldo – o trabalho escravo foi sendo substituído, mas por um bom tempo ainda se podia contar com a presença dos cativos.

Assim, quando foi decretada a lei imperial n.º 514, em 24 de outubro de 1848, pela qual, no seu artigo 16, se destinava a cada uma das Províncias do Império uma área de 6 léguas quadradas de terras devolutas para o desenvolvimento de projetos de colonização, determinava-se que não poderiam ser “roteadas” por escravos.

Por sua vez, o Presidente da Província, Soares de Andréa, sugeria a necessidade, neste mesmo momento, de se elaborar uma lei provincial que proibisse a posse de escravos “por qualquer pessoa dentro das colônias existentes, ou das que no futuro se derem.”

A Lei nº 601 de 1850 – Lei das Terras – foi regulamentada em 1854 e estabelece regras de ocupação das terras devolutas e define como única forma de acesso à terra a compra, transformando-a em mercadoria, monopólio de quem pode pagar por ela.

Em 1884, O Rio Grande do Sul libertou parcialmente seus escravos, mas os libertos deveriam continuar servindo seus donos por um período de cinco anos.

Abandonado à própria sorte, o negro gaúcho lutou pela sobrevivência e criou sociedades, núcleos de apoio, grupos, entidades, organizações e até jornais que divulgavam os ideais de liberdade e igualdade entre povos e raças.

De acordo com a ata da Câmara Municipal de Santa do Sul, por ordem de seu Presidente, Abrahão Tatsch esclarece que “*desde o dia 28 de janeiro de 1885, acha-se completamente extinta a escravidão n’este município.*”

Em 1888, o Brasil declarou extinta a escravatura e, oficialmente, já não existiam mais escravos no RS.

O que não era do conhecimento dos habitantes, dos historiadores e nem dos pesquisadores que os negros também participaram da formação da história do Município de Vera Cruz.

Relatos orais dão conta da existência de 4 proprietários de escravos negros em Vera Cruz. Eram portugueses, pois aos imigrantes era proibido serem donos de cativos. No entanto, não era raro a existência de escravos-de-ganho, ou seja, eram alugados e trabalhavam para colonos alemães, mas o dinheiro era pago ao dono do empregado. Outra modalidade era a entrega de um percentual da diária ao dono no final do dia, ao final da tarefa ou empreitada.

Até 1885, Cyrino Abdair da Silva Branco - procurador da Câmara de Santa Cruz do Sul - sua mulher Dona Maria José Correa da Silva e Manuel Julião de Oliveira Cortes eram os proprietários do

lote colonial nº 9 situado na Picada Cyrino – atual Linha da Tapera – e venderam-no para Manuel Antônio de Bastos e sua mulher Dona Emilia Cândida de Bastos.

Em 1886 e 1887, Felipe Ignácio da Palma e Delphina Ignácia da Palma compraram o lote com a área de 52,5 hectares e, em 1895, adquiriram o restante da área de Francisco Vidal de Rodrigues e sua mulher Diolinda Francisca Rodrigues, totalizando uma propriedade com 65,5 hectares.

Adquiriram o lote nº 9 e, nesta seqüência, residiram na propriedade como donos: Felipe Ignácio da Palma, Máximo Inácio da Palma, Pedro Julião da Silva, Vicente e Isaura da Silva, Genildo Roma da Silva e descendentes conforme recibos de Imposto Territorial Rural guardados de 1901 em diante.

Felipe Ignácio da Palma era casado com Delphina Ignácia da Palma e tiveram sete filhos: João Ignácio da Palma Filho, Bibiana Ignácia da Palma, Benta Ignácia da Palma, Hedwiges Ignácia da Palma, Máximo Ignácio da Palma, Benvinda Ignácia da Palma e André Curcino da Palma. Faleceu em 1913 provavelmente.

Máximo Ignácio da Palma (30.05.1891 – 03.06.1963) era casado com Maria Conceição da Palma (falecida em 19.05.1929) e tiveram seis filhos: Felipe Inácio da Palma, Ivaldino Inácio da Palma, Maria Isaura da Palma, Palmira da Palma, Lourença da Palma e Luiz da Palma

Pedro Julião da Silva (falecido em 10.11. 1926) casou-se com Bibiana Ignácia da Silva (falecida em 27.11.1926) e tiveram como filho Vicente da Silva

Vicente da Silva (21.01.1918 – 13.01.1984) era casado com Maria Isaura da Palma (22.1.1924 – 15.07.2005) e tiveram sete filhos: Máximo Vicente, Genildo Roma da Silva, Senilda, Verônica, Petronila, Dionildo, Jeroni.

Genildo Roma da Silva (nascido em 09.12.1950) é casado com Maria Solete da Silva (nascida em 09.01.1976) e tem como filhas Márcia Eliza Silva (10.01.1997) e Giovana Alessandra Silva (06.08.2006).

Posteriormente, por dificuldades financeiras, os herdeiros e sucessores foram vendo sua propriedade diminuir e, hoje, restam sete hectares onde vivem três irmãos e famílias como agricultores que se dedicam à cultura do fumo, produtos de subsistência e criação de peixes.



**GENILDO ROMA DA SILVA
PRESERVA OS DOCUMENTOS
E HISTÓRIA DA FAMÍLIA**

4. OS IMIGRANTES ALEMÃES

A imigração alemã no Rio Grande do Sul inicia em julho de 1824. Em Santa Cruz do Sul chegam em 1849 com a finalidade de conseguir soldados para possíveis guerras, substituir a mão-de-obra escrava e, além de povoar e colonizar a região, formar uma classe média agrícola, pois existiam apenas os grandes latifundiários dedicados à pecuária extensiva e os que nada tinham. A classe média tornava-se necessária para a criação de um mercado interno.

Ao serem recrutados em sua pátria, os alemães foram seduzidos por promessas: passagem paga pelo governo imperial; concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças; subsídio diário a cada colono de 160 réis, no primeiro ano e metade no segundo; certa quantia de bois, cavalos, sementes e ferramentas de trabalho.

Ao chegarem à região que hoje é Vera Cruz, os imigrantes enfrentaram dificuldade que não estavam previstas: os lotes coloniais nem sempre estavam medidos, tendo que aguardar mais algum tempo; a divisão das terras causava brigas porque os agrimensores mediam apenas a frente e os limites laterais precisavam ser feitos pelos colonos; os subsídios prometidos não eram pagos como deveriam ser; os distribuidores dos gêneros logravam os beneficiados; dificuldade para construir as casas; nem todos sabiam fazer as roças e nem conheciam as sementes mais apropriadas e muito menos a época adequada para plantá-las.

Vindos de Santa Cruz, imigrantes alemães dirigiram-se ao Faxinal de Dona Josefa e iniciaram a colonização de um pequeno e próspero município.



FAMÍLIA DE IMIGRANTES DE LINHA DONA JOSEFA

4.1 LINHA DONA JOSEFA

No ano de 1850 inicia a colonização alemã em Dona Josefa com a chegada do imigrante Philipp Limberger, que ocupa o prazo colonial (lote) nº 45 da localidade.

As terras de Dona Josefa Maria Branca foram vendidas por Peter Kleudgen, demarcadas e medidas por Johan Martin Buff, diretor de colônia de Santa Cruz, autorizado pelo presidente da Província, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. As terras deveriam ser pagas em cinco prestações anuais, havendo uma carência de três anos para o pagamento da primeira anuidade.

Os imigrantes pioneiros que vieram, povoaram e contribuíram decisivamente para criação e desenvolvimento de um novo município eram oriundas da região da Renânia e do Hunsrück, limite com a França e Luxemburgo. Também vieram da Saxônia, Prússia, Pomerânea e Silésia.

Os pioneiros embarcaram em navios – Adéle – em Hamburgo e viajaram até Rio Grande. De lá, a bordo do Vapor Continentista, vieram até Porto Alegre. Depois de registrados como permanentes no Brasil, a barca da Cia. Becker levou-os até Rio Pardo. Com os pertences, muitas promessas, sonhos e vontade de trabalhar rumaram, em carroças, a Dona Josefa.

Seguidamente, surgem nomes de imigrantes que iam até os locais determinados para receberem suas terras e, ao constatarem a realidade e dificuldades a serem enfrentadas, desistiam da posse.

Em terras devolutas, demarcadas de 1º de janeiro 1851 em diante, ocupam seus prazos (lotes coloniais): Jacob Meurer (15), Frederico Jahn e Guilherme Schumann (51), João Frederico Soehnchen e Carlos August Zilch (53) e João Conrado Habekost (55).

Em 1853, Augusto Pfaffendorf ocupa os prazos nº 80 e 81 e Adolfo Franke o nº 25a.

A colonização da localidade prossegue com a chegada de mais imigrantes conforme segue:

1854 – Frederico Guilherme Steindorf, Augusto Becker, Christian Steindorf, Christian Becker, Felipe Fischborn, Theobaldo Gessinger, Miguel Allrich, Carlos Niedersberg, Luiz Boesel, João Freity.

1855 – Manoel Reinando de Oliveira, Philipe Pedro Gerhard, Eduardo Kuehl, Martin Haas, Carlos Christian Huehnermöller, João Conrado Habekost, João Frederico Lochmachen, Frederico Roers, Eduardo Zilch, Guilherme Schumann, Frederico Zahn.

1856 – Vicenti Virissimo da Silva, Manoel Antônio Viegas, Christiano Frederico Augusto Schwantz, Custódio Wahrendorf, Pedro Kist, Christiano Bartz, Mathias Anton, João Schneider, Guilherme Kern, Adolfo Christian.

1857 – Guilherme Müller, Adão Emmel, Emílio Pritsch, José Hickmann, Francisco Canne, João Adão Jost, Jacó Rech III, João Adão Lambert, João Loebens, Jacob Schaefer, Jacó Rauber, Carlos Knebel, Pedro Schaefer, João Rech, João Rauber, Jacó Henkes, Pedro Brixner, Jacob Brixner, João Hickmann, Jacob Graef, Adão Kessler, Jacó Gewehr, Mathias Kessler, Pedro Kessler, Adão Kessler, Francisco Dörn, João Hoff, Pedro Wagner, João Wagner, Francisco Scherer, João P(G)assen, Mathias Frey, Pedro Frey, Jacó Konzen, Pedro Theisen, Carlos Einlauf, Cristiano Stumm, Mathias Stumm, Jacó Seibel, Henrique Seibel, Pedro Weisich, João Nicolau Morsch (pai), João Nicolau Morsch (filho).

1858 – Mathias Jost I, Mathias Jost II, João Hutz, Augusto Schulz, Paulo José Griebeler, Carlos Ebert, Carlos Gehrke, Guilherme Kapke, João Huwe, Cristiano Engel.

Ainda, no mesmo ano, começaram a chegar mais colonos e também ex-praças (“Brummer”). Vai a Dona Josefa, para ocupar o lote nº 68, o colono José Frederico Berger. Logo depois chegaram dez ex-praças do 2º Regimento de Artilharia e do Batalhão de Infantaria, tendo cada um recebido quarta parte de uma colônia. Em outubro chegaram mais 40 imigrantes. Ainda neste ano, João Guilherme Tasch estabelece o seu curtume

Quando o viajante-escritor Roberto Avé-Lallemant, em março de 1858, visitou a colônia alemã de Santa Cruz, referindo-se, no livro “Viagem pelo Sul do Brasil”, à região de Dona Josefa, escreveu: “Na

picada de Dona Josefa as terras estão medidas em cem colônias. Demais ainda há, na direção da mesma picada, uma milha quadrada a ser dividida.”

Devido ao crescimento e desenvolvimento da região era urgente abrir um caminho que facilitasse a comunicação com a colônia de Santa Cruz. Assim, no ano de 1858, é planejado, traçado e aberto um caminho que ligava a colônia de Santa Cruz à localidade de Dona Josefa, sob a responsabilidade do filho de Antônio Prudente da Fonseca.

Em 1860, Os colonizadores constroem uma igreja de madeira junto à casa de Johann Adams Kessler e, em 1862, foi bento o cemitério.

Em 1862, vindo de Waiskirchen, João Hoff chegou com as irmãs e a mãe viúva e adquiriu o lote 65. Miguel Rauber, a esposa Anna e 8 filhos, estabeleceu-se no prazo 31.

Em 1863, João Schaefer veio para a região.

Em 05 de outubro 1868, os moradores lançam a pedra fundamental da Igreja Católica Imaculada Conceição, mas, em 1857 foi feita a primeira derrubada de mato para a preparação de um local para a construção de uma igreja.

Em 1869, o imigrante Frederico Franke põe em funcionamento um moinho para a produção de óleo. Os filho Germano Franke, os netos Arnaldo e Erich Franke, e o bisneto Guido Franke sucederam o pioneiro no uso e manutenção do negócio.

Em 1872, chegaram os colonos Carlos Maske e Guilhermina,

Os prazos coloniais foram destinados e ocupados por: 01 – Guilherme Frederico Augusto Beilke; 2a – Frederico Franke e Carolina; 2b – Bruno Quoos; 3 – Herdeiros de Bremm; 4 – Mathias Jost I e Ana Elizabeth; 5 – Christiano Seibert e Catharina; 6 – Mathias Jost II e Maria Margarida; 7 – João Hutz e Henriquetta; 8 – Augusto Schulz e Ernestina; 9 – Nicolau Klump e Catharina Regina; 10 – Augusto Ebert e Henriquetta; 11 – Germano Dueker e Henriquetta; 12 – Guilherme Kapke e Guilhermina; 13 – Pedro Brixner e Filho e Maria; 14 – Adão Emmel e Dorothea; 15 – José Hickmann e Maria Anna; 16 – José Koehler e Apolônia; 17a – Christiano Seibert Filho e Catharina; 17b – Pedro Seibert e Otilia; 18a, 21 e 23 – Germano Merten e Paulina; 18b – Frederico Beilke e Elizabeth;

19 – Felipe Pedro Gerhardt e Anna; 20 e 22 – Carlos Boesel e Sofia; 24 e 26 – Henrique Gessinger e Anna; 25a – Adolfo Franke e Carolina; 25b – João Adão Jost e Catharina; 27a – João Fischborn e Paulina; 27b – Henriquetta Blank; 28 e 30 – Eduardo Zilch e Carolina; 29a – Jacob Rech III e Felisberta; 29b – Emílio Fexton e Emma; 31 – Miguel Rauber e Anna; 32 e 34 – Mathias Mueller e Catharina; 33 e 35 – João Schaefer e Margarida; 36 e 38 – Augusto Becker e Susanna; 37 – Christiano Steindorf; 39 e 41 – Felipe Fischborn e Augusta; 40 – Theobaldo Gessinger; 42 – João Nicolau Morsch e Elisabeta; 43a – Jacob Mueller; 43b – Pedro Kist e Catharina; 44a – Jacob Rauber e Anna; 44b e 48a – Jacob Schaefer e Magdalena; 45 – Felipe Limberger e Catharina; 46a e 47 – João Lambert e Verônica; 46b – Carlos Ouwenburg e Ivana; 48b – Pedro Schaefer e Maria; 49 – Miguel Rauber e Anna; 50a e 52 – João Nicolau Morsch e Anna Maria; 50b – João Rech e Cristina; 51 – Nicolau Morsch e Elisabeta; 53a – João Rauber e Susanna; 53b – Cornelius Sieper e Gertrudes; 54a – Jacó Brixner e Catharina; 54b – Jacó Rech Filho; 54c – Carlos Behling e Frederica; 55 – Comunidade Católica; 56a – Jacó Rech II e Anna; 56b – Germano Lenz e Emília; 57a – Jacob Wagner e Anna; 57b – João Loebens e Margarida; 58 – João Hickmann e Suzanna; 59 – João Weiland Filho e Catharina; 60a – Jacó Graeff; 60b – Carlos Krüger; 61a – Adão Kessler e Anna Maria Roth; 61b – Pedro Kessler e Catharina; 62 – Jacob Back; 63 – Jacob Gewehr; 64 – Mathias Becker; 65 – Christiano Engel; 66a – Ângela Wagner; 66b – João Wagner e Magdalena; 67 – Francisco Scherer e Margarida; 68 – João Passen; 69 – Pedro Wagner e Bárbara Moser; 70 – Pedro Henkes e Bárbara; 71 e 73a – Mathias Frey; 72; 73b e 75 – Pedro Wagner e Ana; 74 – Guilherme Jahn; 76a – Pedro Salm; 76b – Francisco Wagner e Susanna; 77 – Frederico Flesch; 78 – Francisco Kern; 79 – Pedro Bartholomeo e Catharina; 80 e 81 – Augusto Pfaffendrf e Joana; 82 – Pedro Frey e Margarida; 83 – Jacob Konzen e Catharina; 84 – Carlos Wagner e Maria; 85 e 87 – João Hammerschmitt e Margarida; 86 – Miguel Alles e Margarida; 88 e 90b – Carlos Einlauf e Maria; 89 – Bernardo Anton e Teresa; 90a – João Scmitt e Catharina; 91 – Carlos Ramm e Carolina; 92a – Jacob Seibel e Maria; 92b – Henrique Seibel e Maria; 93 – Alberto Flesch; 94 – Miguel Barth e Maria; 95 – Carlos Krüger e Carlota; 96 – Guilherme Barth e Joanna; 97a – João Pedro Schmitt e Maria; 97b – Gottfried Schmitt e Maria; 98 e 100 – Pedro

Faber e Anna; 99 – Mathias Schmitt e Amanda; 101 – Carlos Rusch e Elisa; 102 – Felipe Schmitt e 103 – Adão Gaertner e Ana.

No dia 21 de maio de 1910 foi fundada a Sociedade de Damas Augusta Vitória na residência de Oscar Franke. Tiro ao alvo era a modalidade escolhida. O estatuto foi aprovado e divulgado no Diário oficial.. Em 21 de maio de 1911 recebeu sua primeira bandeira. Em 1927 transferiu a sede para o Salão Franke. Em razão da Segunda Guerra Mundial e perseguição aos imigrantes alemães foi desativada em 1941 e reativada em 1948.



4.2 LINHA ANDRÉAS

Em homenagem e reconhecimento ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Tenente General Francisco José de Sousa Soares de Andréa, a povoação recebeu a designação de Linha Andréa e, mais tarde, Andréas..

Na Linha Andréas, em 1853, chega o imigrante Luiz Schünke e ocupa o lote nº 3. Na mesma localidade, a colonização avança com a chegada de mais colonizadores.

1856 – Carlos Guilherme Köhler, Fernando Köhler, Cornelius Seibert, Pedro Schwengber.

1858 – Iserhard e Martin chegaram e ocuparam seu lote.

1859 – Guilherme Bolduan, Carlos Oldenburg, Leopoldo Knak, Carlos Jappe, Guilherme Jappe, Frederico Oldenburg, Fernando Strohschön, Guilherme Muller, Alberto Grunewald, João Lenz, Francisco Knak, Carlos Behling, Carlos Möllerke, Alberto Strohschön, João Lindermann, Fernando Wiesner.

No dia 24 de novembro de 1927, quarenta senhoras, de Ponte Andréas, fundaram a Sociedade Primavera com sede no Salão Schmitt. Mais tarde transferiu-se para o Franke de Dona Josefa. Enfrentaram dificuldades e uniram-se à Sociedade Augusta Vitória e, em 12 de abril de 1972, surgiu a Sociedade Primavera Augusta Vitória.

4.3 VILLA THEREZA

A origem do nome Villa Thereza pode ser uma homenagem à Imperatriz Dona Thereza Cristina Maria – esposa de D. Pedro II, Imperador do Brasil – uma vez que era costume homenagear pessoas ilustres, atribuindo seus nomes às cidades. O costume de designar um santo padroeiro é pouco provável por se tratar de um povoado de maioria evangélica luterana. Tal designação não seria aceita.

Apesar de ser considerado o ano de 1858, como início da coloni-

zação, há opiniões em contrário. Segundo o pesquisador Hardy Martin é possível pensar que a colonização de Vila Thereza principiou no ano de 1854.

Em 1857, junto com a nova vila, surge Wild, Kroth e Cia Ltda, a terceira empresa teuto-brasileira mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul.

A colonização de Villa Thereza inicia em 1858 com a chegada dos seguintes colonizadores: Henrique Schütz, João Carlos Foesch, Germano Foesch, Fernando Wolf, Augusto Fernando Zuse, João Joaquim Rohde, João de Deus Ziebell, Bernardo Wienze, Carlos Augusto Friedrich, Mathias Feio de carvalho, Diderico Landskrohn, Guilherme Frederico Augusto Beilke, João Frederico Guilherme Schroeder, Henrique Frederico Grisenkler, Francisco Viríssimo Silveira.

Em 1858, o Governo Imperial precisava de um caminho para ligar Rio Pardo à fronteira junto ao Uruguai e Argentina. Decidiu pelo trajeto na Várzea do Rio Pardinho (Passo do Jesus), Passo do Plums e Passo do Rio Pardo (Vila Germânia – Candelária) para chegar à fronteira e assegurar a posse do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Por serem áreas alagadiças tornou-se um grande desafio o trabalho de construção desta estrada. Inicialmente foram colocadas 500 cargas de pedras de diferentes tipos e tamanhos. Para ajudar nesta tarefa, em 1930, “os provisórios de Flores da Cunha” – prisioneiros do Estado – foram trazidos de longe junto com suas famílias e assentados em terras da Prefeitura (atual Camboim), alimentados e medicados para tornarem-se aptos ao trabalho pesado. Eram mantidos sob forte guarda e os fugitivos eram abatidos sem piedade. Uma cadeia para os mais perigosos e um alojamento foram construídos no Passo do Jesus (hoje Bom Jesus). Competições esportivas foram realizadas para estimular a integração dos apenados com a comunidade local.

Nem tudo saiu conforme o planejado e as enchentes continuavam causando danos por falta de pontes para garantir a vazão da água. O carrinho de mão, a pá e a picareta eram as ferramentas mais usadas. Em 1943, o DAER assume a conclusão da obra com apenas uma via nas pontes (passava apenas um veículo por vez) e com pouca capaci-

dade de suportar peso. À medida que os caminhões ficavam maiores e aumentava a capacidade de transporte de cargas, as pontes precisavam ser reforçadas e escoradas.

Em 29 de agosto de 1865, o tenente-coronel e engenheiro Pierre François Alphonse Booth Mabilde encaminhou uma carta à Câmara Municipal de Rio Pardo propondo nome para a praça bem como os nomes de algumas ruas.

Em 1866, Pierre François Alphonse Boot Mabilde – Diretor da Colônia de Santa Cruz de 1864 a 1870 – determinou o lançamento da pedra fundamental para a fundação de uma nova cidade.

Por haver maior concentração populacional na Linha Villa Thereza, em 1866 é demarcada a povoação de Villa Thereza. Seus quarteirões tinham lados iguais de 132 metros, divididos, cada um, em vinte e dois lotes ou terrenos. São oito quadras designadas pelas letras “A” até “H”, circunscrevendo um quarteirão destinado à praça pública, hoje denominada Praça José Bonifácio..



PRAÇA JOSÉ BONIFÁCIO

Os terrenos, ao longo dos lados norte e sul, quadrados, tinham dimensões de 120x120 palmos e os demais, a leste e oeste, de forma retangular, 60x300 palmos.

No dia 20 de janeiro de 1867, por despacho do Presidente da Província, são concedidos os terrenos de nº 6 e 7 da quadra “A” ao preço de 45\$000 e 54\$000 (mil réis) respectivamente. A primeira transferência de terrenos, nº 5 e 6, da quadra “A”, é efetivada em 02 de novembro de 1868.



RUA CLÁUDIO MANOEL

Segundo o livro Município de Santa Cruz, de Bittencourt de Menezes, em 15 de outubro de 1878 fora designado inspetor desta região o vereador Carlos Trein Filho.

Em 1879, Carlos Trein Filho foi designado sub-delegado, Estevão da Silva Lemes e Antônio da Silva Teles serviam como suplentes do 2º distrito policial.

No dia 03 de fevereiro de 1879, a Câmara da Vila São João de Santa Cruz nomeia uma comissão de cidadãos integrada por Serafim Coelho da Silva, Jacob Doern e Matias Kist para angariar donativos para a construção do muro no cemitério da Villa Thereza. Em 10 de

novembro, o Padre Vigário Francisco Susen benze a parte do cemitério pertencente à Sociedade Católica.

Em dezembro de 1880 existe uma escola pública e, em dezembro de 1881, é indicado para Inspetor Escolar o Vereador Francisco José Schmitt.

Em 1885, José Müller fundou o Curtume Vera Cruz que, durante muitas décadas, era uma referência no curtimento e preparação do couro como matéria prima para fábricas nacionais e para exportação.

Lei nº 1814 de 28 de junho de 1889 eleva à categoria de freguesia o povoado conforme descrito a seguir.

Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Vice-presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, etc.

Faço saber a todos os habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1º É elevada à cathegoria de freguezia o povoado chamado Vila Thereza, no município de São João de Santa Cruz.

Art. 2º A nova freguezia terá os seguintes limites:

Partindo da barra do Rio Pardinho no Rio pardo segue a divisa Rio Pardinho acima até a barra do arroio da Linha Andréa, o dito arroio acima até o lote colonial nº 89 da linha Dona Josefa, d'alli pelo caminho existente até a estrada de linha Ferraz, pela mesma estrada de Linha Ferraz até a linha divisória entre os lotes coloniaes nº 46 e 47 da mesmsa picada Ferraz pela dita linha divisória até o travessão das linhas Ferraz e Cima da serra até a divisa sul das terras de Felipe Meyer e Binz, pela divisa sul das terras de Meyer e Binz divisa oeste das terras de Abrahão Tatsch, divisa norte das terras de Henrique Michel e Frederico Krug até o arroio do Quilombo, este arroio abaixo até a divisa do município de Rio Pardo até a barra do Rio Pardinho, aonde principiou a descrição das divisas.

Art. 3º O território acima formará um districto de paz.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a que o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão

inteiramente como n"ella se contém.

O Secretário d'esta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo leal e valerosa cidade de Porto Alegre, aos vinte e oito dias do mez de junho do anno de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Império.

(L.S.) Antônio Ferreira Prestes Guimarães.

Já no ano de seguinte, 31 de agosto de 1890, é solicitada a instalação do 2º distrito.

No dia 06 de abril de 1891, o termo de juramento como Juizes de Paz é assinado por Ernesto Wild (titular) e Jacob Sontag (suplente).

No dia 19 de janeiro de 1895, o bando comandado por um certo Palmeirinha – composto de 66 homens fortemente armados – assaltou a região de Santa Cruz do Sul. Os habitantes resistiram à quadrilha de salteadores, resultando em mortes. Os federalistas invadem também Villa Thereza causando graves prejuízos ao comércio, vitimando o cidadão Carlos Faller, fuzilam o comerciante Willy Giesler e aprisionam o curtidor Jacob Stumm. Ameaçado, refugia-se nos matos, o comerciante Ernesto Wild.¹³

O Cartório do Registro Civil e Tabelionato foram instalados em 14 de dezembro de 1894 e teve como titulares: Cândido Medeiros, José Bender, Guilherme Lamberts, Adolf Werner, Carlos Werner, Adolfo Werner (neto), Ruy Félix Apollo Duarte.

Em 1895 todos os lotes estavam vendidos e a cobrança de impostos foi iniciada e paga por todos, sem exceção, no valor de 2\$500 reis.

Em 10 de fevereiro de 1896, através de decreto do Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul, Villa Thereza torna o 2º Distrito de Santa Cruz do Sul com sede para uma Sub-intendência e mais tarde Sub-prefeitura. O primeiro titular foi Abrilino dos Santos Silva. Permaneceu no cargo até 1º de setembro de 1899 e foi substituído por Alfredo

¹³ A data e os dados que constam no livro "Vera Cruz 20 anos" estão equivocados. Chachá Pereira era governista e ocupava um posto militar. Outras incursões do bando de Zecca Ferreira podem ter ocorrido sem provocar mortes.

Schöpf. O Tenente Coronel Ernesto Wild foi nomeado em 1904.

A partir de então, assumiram a Sub-prefeitura Jacob Doern Filho, João Fischborn Sobrinho, Ernesto Wild, Pedro de Souza Alves, Olavo Cruz, Ervino Schaefer, Carlos Pedro Hepp, Lindolfo Doern, e, por último, Helberg Franke (primeiro funcionário a exercer as suas atividades na Prefeitura Municipal de Vera Cruz, respondendo pela Secretaria Municipal da Administração e Tesouraria).

A linha telefônica entre Santa Cruz do Sul e Vila Teresa foi inaugurada em abril de 1905 sob os cuidados de Florentina Koelzer Gruending e, mais tarde, Lídia Gruending.

No dia 09 de janeiro de 1909, na casa Jacob Meinhardt, foi fundada a Sociedade de Damas Victória Thereza. As fundadoras são: Rosalina Nagel, Rosita Bullerjahn, Ema Frederich, Matilde Emel, Ida Franke e Anna Keller.

No dia 1º de junho de 1911, o comerciante Pedro José Assmann – casado com Margarida Stoelben Assmann – inaugura a Casa Comercial Assmann onde vendia todos os tipos de mercadorias e produtos úteis e necessários para a época. O estabelecimento permanece ativo até a presente data no mesmo local.



CASA COMERCIAL ASSMANN

No ano de 1927, por iniciativa do Dr. Jacob Blész - juntamente com seu padraсто Jacob Hauser - e com recursos próprios iniciou a construção do Hospital Teresa, No dia 1º de fevereiro de 1931 inicia o funcionamento da casa de saúde. Na administração e direção sucederam os filhos Dr. Arpad Ludwig Blész e Dr. Atila Elöd Blész.



HOSPITAL TERESA

O Esporte Clube Teresa foi fundado no dia 07 de janeiro de 1933 por um grupo de desportistas e marcou presença marcante na vida social e esportiva do nosso Município. Elemar Kroth foi o primeiro presidente.

A rede elétrica de Vila Teresa entrou em funcionamento no ano de 1937, abastecida pela Usina Municipal de Santa Cruz do Sul.

Apesar de sempre ter sido assim denominado, oficialmente, o povoado foi elevado à condição de Vila pelo Decreto nº 7199 de 31.03.1938.

4.4 LINHA BOM JESUS

Em julho de 1855 – esperados pelo Diretor João Martinho Buff - *“colonos belgas chegaram, olharam os lotes que lhes haviam sido destinados, mas poucos ficaram. Estes lotes ficaram na Linha Bom Jesus, na estrada que levava para Dona Josefa. Todas essas terras são inundáveis ainda hoje. Por essa razão nem todos aqui ficaram.”*

Com a negativa dos colonos belgas, o Diretor da Colônia empenhou-se para trazer uma nova leva de imigrantes. Foram selecionados alemães de todos os Estados Germânicos, independente de religião. Vieram também alguns belgas católicos.

Em 1858, a estrada que ligaria o povoado de São João de Santa Cruz ao 7º distrito de Rio Pardo e à Serra do Butucarahy foi planejada. Não podia ser desviada de três grandes várzeas: Bom Jesus, Arroio Francisco Alves (Plums) e Rio Pardo. O governo depositou grande importância nesta obra, pois seria fundamental para o assentamento de colonos nas regiões dos Campos de Cima da Serra (Sobradinho), Santa Maria da Boca do Monte e Cachoeira.

No dia 20 de março de 1859, o assentamento do imigrante belga Henrique Lebont marcou o início do povoamento e terminou em 14 de setembro, do mesmo ano, com a fixação da família do alemão João Nicolau Grube. Os lotes foram distribuídos e ocupados por: Paulo Reiker (1), Miguel Beilke (2), Augusto Oldenburg (3), F. Krob (4), Carlos Sibe (5), João Potländer (6), Guilherme Jappe (7), Germano Muller (8), João Schiefer (9A e 9B), Augusto Hoffmann (10), Augusto Bautz (11), Germano Schöler (13), Guilherme Bennemann (14A e 14B), Theodoro Quoos (15A e 15B), Huberto Cardinal (16), Henrique Lebont (17A e 17B), Carlos Stamm (18), Carlos Geyler (19A e 19B), João Nätske (20), João N. Grube (21A e 21B). O lote 12 não tinha destinatário.

A primeira ponte importante na estrada do Passo do Bom Jesus, sob a administração de Carlos Trein Filho - autorizada pela Lei Orçamentária nº 694, de 6 de setembro de 1869 - foi em 1870, com a construção da ponte de madeira sobre o Rio Pardino. A obra foi construída em parceria dos colonos com o governo da Província.. O governo gastou em torno de

4:000\$000 e os colonos 2:507\$000. Durante trinta anos, resolveu a difícil passagem pelo rio, mesmo com estrada sem melhorias e difícil tráfego.

Em 1879, o Município de Santa Cruz construiu a primeira ponte sobre o Arroio Potreiro Grande, hoje denominada Sanga Preta. A ponte ficou conhecida como “*Schief Brücke*” (ponte enviesada) e custou 1:404\$016.

Dia 12 de dezembro de 1900, a ponte de ferro sobre o rio Pardinho começa a ser construída. Em outubro do mesmo ano, ainda com alta enchente e expressiva presença de pessoas, foi inaugurada a ponte. Não faltaram discursos e churrasco na inauguração da última e mais importante obra do Intendente Eichenberg. O Clube Concórdia foi o local da festa.



**ESTRADAS ERAM UM PROBLEMA NAS
ÁREAS ALAGADIÇAS DE ACESSO À VILLA THEREZA**

4.5 LINHA FERRAZ

A localidade recebeu esta denominação em referência ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana..

Os imigrantes que foram até Ferraz são, em sua maioria, trabalhadores pomeranos evangélicos oriundos dos latifúndios senhoriais da Alemanha, denominados *junkers*. Ao se tornarem pessoas livres,

independentes e proprietários de suas terras arrancaram a mata virgem e transformaram-nas em extensas e rendosas plantações e criações.

Linha Ferraz recebe seus primeiros desbravadores em 1859 com a chegada dos imigrantes citados no “Livro Geral dos Prazos Coloniais” elaborado pelo engenheiro Carlos Trein Filho. O primeiro imigrante foi Johann Carl Friedrich Blank, natural da Prússia. Em seqüência chegaram: Guilherme Junkherr, Cristiano Oldenburg, Friedrich Schuhmacher, João Dallmann, Carlos Mönke, Carlos Bugs, Daniel Hermany, Guilherme Ebert, João Boness, Augusto Behling, Carlos Behling, Carlos Muller, João Banke, Alberto Schulz, Fernando Rohloff, Alberto Grieger, João Rusch, Guilherme Mundstock, João Boettcher, Luiza Zahnn, Amadeus Rathke, Augusto Ernst, Carlos Rickmann, Frederico Pagel, Carlos Reinke, Henrique Thier

No período de 1859 a 1879, os prazos coloniais foram adquiridos por: 01 – Johann Carl Friedrich Blank ; 02 – Guilherme Junkherr; 03 – Cristiano Oldenburg; 04 – Frederico Schuhmacher e Frederica; 05 – João Dallmann; 06 – Carlos Mönke; 07 – Carlos Bugs; 08 – Carlos Rusch e Carolina; 09 – Viúva Joana Jaeger; 10 – Augusto Behling; 11 – João Zahn e Joana; 12 – Carlos Mueller e Guilhermina; 13 – Guilherme Foesch e Carolina; 14 – Alberto Zuege e Augusta; 15 – Augusto Böttcher e Albertina; 16 – Fernando Roloff; 17 – Henrique Fuelber e Catharina; 18 – João Böttcher e Augusta; 19 – João Kohn e Carolina; 20 – Carlos Ratke e Carolina; 21 – Augusto Ernt e Guilhermina; 22 – Carlos Hickmann e Luísa; 23 – Frederico Pagel e Henriqueta; 24 – João Bonnes e Carolina; 25 – Daniel Hermans; 26 – Luiz Schmidt e Albertina; 27 – Alberto Grieger e Luísa; 28 – Carlos Reinke e Albertina; 29a Comunidade Protestante; 29b – Germano Kumm e Carlota; 30 e 43a – Luiz Petrowski e Guilhermina; 31 – Frederico Radüing e Augusta; 31a – João Schröder e Augusta; 32 – Guilherme Ebert e Frederica; 32a – Augusto Rusch e Bertha; 33 – Guilherme Schröder e Joana; 34 – Guilherme Rusch e Augusta; 35 – João Rush e Guilhermina; 36 – Gustavo Zuege e Anna; 37 – Antônio Flemming e Henriqueta; 38 – Henrique Thier; 38a – Frederico Rusch; 38b – Guilherme Schwantz e Augusta; 38c – Daniel Matheiss e Magdalena; 38d Felipe Ketzer e Albertina; 39 – Daniel Matheiss e Magdalena; 40 e 44 – Felipe Ketzer e Albertina; 41 – Nicolao Muller e Henriqueta; 42 –

Henrique Schneider e Margarida; 43 – Viúva Carlota Kohls; 45 – Augusto Gröner e Frederica; 46a – Henrique Schust (Sohnst); 46b e 47 – Governo Provincial; 48a – Guilherme Mönke; 48b – Governo Provincial; 49a – Frederico Lüdke e Frederica; 49b – Governo Provincial; 50a – Jorge Eifert e Augusta; 50b – Governo Provincial; 51a – Fernando Bolgrin e Henriqueta; 51b – Governo Provincial; 52a – Fernando Zilmes e Frederica; 52b, 53 e 54 – Adão Füller e Maria;

Na região de Entrada Ferraz, por volta de 1860, o primeiro morador foi Johans Fuelber casado com Ernestine Henriette Prochnow.

A colonização de Alto Ferraz teve início em 1862 com a chegada do casal Jacob e Johanna Ketzer.

No ano de 1879, uma comissão de 15 colonos, preocupada com a educação de seus filhos, pede à Câmara que seja contratado o professor particular Guilherme para reger aula pública criada naquela localidade.

4.6 LINHA SÍTIO

Conforme o livro “Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924, - a primeira denominação da localidade é Picada do Sítio. Posteriormente, a região passa a denominar-se Linha Sítio.

Em 1867, segundo pesquisas realizadas em escrituras antigas, constatou-se que os citados fundadores foram Manuel José Ferreira Lopez – negociante em Rio Pardo - Capitão Joaquim José de Brito e João Pedro Koelzer. O engenheiro Carlos Trein Filho foi o responsável pelo trabalho de medição dos lotes coloniais.

Mais tarde, vindos através de Santa Cruz do Sul, nas décadas de 1870 e 1880, os colonos alemães luteranos fixaram residência nas margens do Rio Pardinho, ao sul de Villa Thereza.

Os imigrantes que chegaram à localidade, compraram as terras e tornaram-se os prováveis primeiros proprietários dos lotes coloniais são: 08 – Hermann Tews; 5 e 7 – João Soder; 11 – Rudolfo e Christiano Gerhardt; 22 – Olga Babetta Thereza May; 24 – João Schneider (1875); 26 – Karl Wegner; 30 – Emil Dummer; 32 – Karl Merten; 43 – Theodoro

Diehl; 46 e 47 - Friedrich August Gehlhaar.

Ocuparam os lotes coloniais de Linha do Rio – a leste da estrada geral e se estendiam até a divisa com o Rio Pardinho: 01 – August Krueger; 19 – Ernst Frantz - Elisa Schmidt Frantz; 20 – Adolino Augusto Regert; 21 – Joseph Frantz e Anna Frantz ; 23 – Joseph Frantz; 25 – Fritz Becker (Friederich); 27 – Frantz Becker; 33 – Robert Merten; 34 – Karl Brandt; 35 – Ignácio Sehnem.

Em Linha Capão, o lote 05 pertenceu a Wilhelm Freese e foi adquirido por August Krueger. O lote 17 era de propriedade de Peter Frantz.

A Sociedade de Atiradores – fundada em 1888 - com 125 sócios, e a Sociedade de Cavalaria - fundada em 1905 - com 70 sócios, funcionavam na propriedade Wilhelm Herberts e mais tarde na propriedade de seu filho Jorge Herberts. Foi construído um muro de pedra em frente a um cerro, no campo, junto ao Arroio das Pedras, e os participantes com maior pontuação recebiam prêmios.. Durante a Segunda Guerra Mundial foi proibida a atividade destas entidades. As armas foram recolhidas ou escondidas e, na localidade, não mais reiniciaram.

Em 03 de agosto de 1889, a Câmara de Santa Cruz precisava tratar definitivamente da aquisição do terreno necessário ao eixo da estrada que conduzia até o Sítio (colônia Entre-Rios), entroncando na picada do Bom Jesus

A Comunidade Evangélica Luterana Trindade iniciou oficialmente suas atividades em 1902 com a vinda do pastor Kersten. A primeira reunião para o início do seu trabalho pastoral foi no dia 13 de agosto de 1902, com a presença de 22 membros.

As pessoas que estavam presentes a esta reunião eram as seguintes: Richard Franke, Friedrich Erdmann, Robert Merten, Karl Brandt, Albert Freese, Jakob Petry, August Becker, Friedrich Gehlhaar, Franz Roloff, Heinrich Petry, Wilhelm Herberts, Otto Heringer, Wilhelm Manz, Hermann Tews, Wilhelm Witt, Wilhelm Freese, Johann Schneider, Gustav Krüger, João Fülber, Karl Heringer e Karl Tews.

A primeira diretoria desta Comunidade fora formada pelos seguintes membros: Richard Franke, Robert Merten e Friedrich Erdmann.

Os luteranos receberam terras em regiões planas, provavelmente, por influência da Rainha D. Leopoldina – descendente da casa de Hasburg – e relacionava-se bem com os responsáveis pela imigração de alemães protestantes. A presença de pastores e professores já assegurava uma organização que os tornava mais exigentes quanto à localização de terras.

Em Linha Sítio, hoje, também havia um Clube de Cavalaria – Lançeiros – fundada em 1911, com 35 sócios, tinha como sede social o salão de Fritz Braun e, ao lado, no campo, eram feitas as disputas e as competições entre os sócios. Os integrantes reuniam-se três vezes ao ano. O último presidente foi Ignácio Jacob Frantz, em torno do ano de 1940.

A Comunidade Católica Sagrada Família construiu a primeira capela em 1917.

A Sociedade de Damas Sempre Viva de Linha Sítio, foi fundada em 09 de fevereiro de 1930 com o nome de Sociedade Recreativa Sempre Viva e com a finalidade de proporcionar às associadas diversões públicas e esportivas, jogos recreativos e demais festividades. As sócias fundadoras foram: Anna Sehnem, Malvina Merten, Elsa Wegner, Elvira Braun, Emilia Merten, Wilma Merten, Ernida Merten, Olinda Wegner, Frida Brandt, Romilda Gueths, Irena Herberts, Guilhermina Petry, Theodora Petry, Elly Diehl, Laura Diehl, Rosalina Roloff, Anna Mantz, Irmã Boesel, Alidia Petry, Otilia Bugs, Maria Kern, Georgina Petry, Elsa Schiro-sky, Irena Pilz, Alma Pilz, Anna Kothe, Ella Bender, Nina Merten.

Em 1941, em vista da expressiva produção agrícola, foi fundada a Cooperativa Agrícola Sítio Ltda. Os sócios fundadores foram: João Pedro Tornquist, Alberto Tews, Germano Petry, Emilio Diehl, Fredolino Olipio Petry, Francisco Roloff, Lindolfo Fülber, Roberto Herberts, Francisco Wlach, Guilherme Adolfo Fuelber, Edka Rudy Petry, Joaquim Wink Sobrinho, Ricardo Merten, Antonio Froehlich, Cristian Petry, Reinvaldo Fredolino Petry, Germano Reinvaldo Bieck, João Germano Albrecht, Ernesto Petry, Carlos Augusto Biek, Gustavo Kussler, Estevão Kessler, Oswaldo Heringer, Roberto Alfredo Gehlhaar, Bertholdo Gabe, Reinvaldo Diehl, Rafael de Menezes Borges, Jorge Herberts, Henrique Fuelber, Germano Guilherme Dummer, Helmuth Oswaldo Tornquist, Pastor Ewaldo Elicker, Professor Alfredo Elicker, Ewaldo José Gessinger, Mathias Kern, Armando Ziebell, Jorge Augusto Dummer, Emilio Petry,

Viúva Gertrudes Wink, Carlos Tews, Ewaldo Dummer, Germano Pedro Riss Neto, Edgar Leopoldo Tornquist, Frederico Benjamin Tornquist, Helmuth Emilio Dummer, Axel Ewaldo Tornquist, Hugo Arnoldo Sehnem, Guilherme Mantz, Henrique Fuelber Sobrinho, Arnaldo Fernando Junkherr, Adolfo Antonio Tornquist, Mario Sehneider, Alberto Ziebell, Otmar Beilke, Germano Tews Filho, Armando Ziebell, Jacob Kessler, Alberto Riss, Ignacio Gessinger e Ervino Artur Braun.

José Gassen foi vereador pelo Partido da Representação Popular (PRP), na Gestão do Prefeito Valter Kaempff, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1956 até 30 de dezembro de 1959.

Em 1957, o cidadão Helmuth Beckenkamp solicitou ao Prefeito Walter Kaempff a construção de rede elétrica até Linha Sítio. Foram designados Orlando Baumhardt, Olavo Cruz, Nestor Frederico Henn e o assessor técnico Luiz Scafim para elaborar, desenvolver projetos e realizar obras de eletrificação comunitária. A obra foi concluída no mesmo ano.

No dia 04 de maio de 1958 foi inaugurada a rede elétrica da localidade com programação diversa e um banquete às 18h30min. Eugênio Herberts e Aloísio Rech integravam a comissão organizadora da festa.

O Esporte Clube Independente foi fundado, no dia 21 de setembro de 1958, com 77 sócios fundadores. Conforme registro da primeira ata, foi fundado com a “finalidade de proporcionar uma sã desportividade por meio dos seguintes desportos: foot-ball, voley-ball, basket-ball, ping-pong e outros.”

A primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente - Arthur Kern; Vice-presidente - Antônio Kern; 1º secretário - Floriano Sehnem; 2º secretário - Telmo Brandt; 1º tesoureiro - Pedro Paulo Schuh; 2º tesoureiro - Arbin Egon Wegner; Diretor Técnico - Lauro Reginaldo Tornquist; Diretor Social - Arno Düpont; Orador Oficial - Lauro Reginaldo Tornquist; Guarda-esporte - Olimpio Dummer. Neste mesmo dia, os presentes decidiram que azul e branco seriam as cores do Clube no uniforme, no pavilhão (bandeira) e dependências a serem utilizadas.

4.6.1 VILA MALUCA

O mais curioso de tudo é que, nesta época, Linha Sítio recebera um nome que incomodava muitos os moradores: Vila Maluca ou simplesmente Maluca. Esta denominação era popular em toda a região, chegando a ser endereço de correspondência e conta de luz.

Dois teriam sido os motivos principais para que Linha Sítio ficasse conhecida por Vila Maluca.

No dia 10 de fevereiro de 1894, o bando de Zeca Ferreira – composto de 600 a 700 homens – assaltou a região de Santa Cruz do Sul. Os habitantes resistiram à quadrilha de salteadores, resultando em mortes. Inexplicavelmente, o bando de ladrões obteve a adesão dos colonos de Sítio.

Além deste incompreensível gesto de apoio ao bando de Zeca Ferreira, a localidade também experimentou brincadeiras, maluquices, que os moradores faziam durante festas ou encontros: atar lata em rabo de cavalo durante os bailes, trocar rodas de carroças, pendurar carroças em árvores, colocar espantalhos em picadas para assustar medrosos, amarrar sapatos velhos nos arreios, colocar porongos com velas no cemitério, pintar os bêbados com tinta preta, amarrar cabeça de boi na corda do sino da igreja (vinham os cachorros e começava o barulho).

Estas artes ou malandragens começavam como brincadeiras e, muitas delas, acabavam



HOJE CHAMADA DE VILA PROGRESSO,
LOCALIDADE TEVE SEU NOME ORIGINAL
COMO VILA MALUCA



MORADORES DA LOCALIDADE SUGERIRAM
A MUDANÇA DO NOME, DEVIDO
AOS CONSTRANGIMENTOS

em briga, na delegacia ou até em morte. Isto também acontecia em outras localidades, mas nesta localidade se “cristalizou” dando origem a um nome: Vila Maluca.

Para pôr fim às constantes brincadeiras, gozações, constrangimentos e mal estar, os moradores uniram-se para a escolha de um nome digno para a localidade. Sob a liderança do Professor Edgar Sander, foram feitas reuniões para recolher sugestões. Foi escolhido o nome “Vila Progresso.”

4.6.2 VILA PROGRESSO

No dia 25 de julho de 1960 – através da Lei número 37 - o Prefeito Nestor Frederico Henn assinou o ato legal que dá à localidade o nome de Vila Progresso, um novo e digno endereço a todos.

O Coral da Comunidade Evangélica Luterana Trindade sempre marcou presença em momentos importantes. Presenteou uma caneta ao Prefeito Nestor Frederico Henn para mudar o nome de Vila Maluca para Vila Progresso e cantou o hino “*Sabes tu qual é a terra*”.

Nos anos que se seguiram, a localidade experimentou períodos de grande progresso e momentos de muitas dificuldades. Houve épocas em que abrigava um forte centro comercial, com serraria, olaria, casas comerciais com venda de tecidos, ferrarias, produtos farmacêuticos, dentista prático. Quando os proprietários, moradores e lideranças não conseguiram entender as mudanças sociais e comerciais, as dificuldades ficavam visíveis e, muitas vezes, levaram ao fracasso e encerramento das atividades.

4.7 LINHA DA TAPERA

A localidade, conforme mapa datado de 1890, tinha o nome de Linha Cyrino (talvez em homenagem ao proprietário de lotes coloniais), constituindo uma faixa que se estende-se desde a entrada de Entre Rios até a várzea do Rio Pardo no lado oeste.

Lenda para alguns, verdade para outros. Linha Tapera teria surgido em referência a uma casa abandonada durante muitos anos. Sempre que alguém transitava pela picada estava lá. Não foram conhecidos os proprietários nem quem pudesse ter morado lá.

Os proprietários de lote coloniais identificados são: 1 a 7 – Alexander Wink e esposa Florisbela da Silva; 09 - Cyrino Abdair da Silva Branco; 11 – Estevão Spirck; 18 – Julius Forster; 19 – Peter Foster; 23 – Otto Heringer; 24 e 25 – João Pedro Tornquist.

4.8 LINHA HENRIQUE D'ÁVILA

O colonizador sueco Carl Johann Tornquist, a esposa Helena Lovisa Almann e os filhos Carl Emil, Anton Gottfrid, Maria Luiza, Martin e Boaventura chegaram à região de Mato Alto em 1881, comprando um lote colonial de 48 hectares.

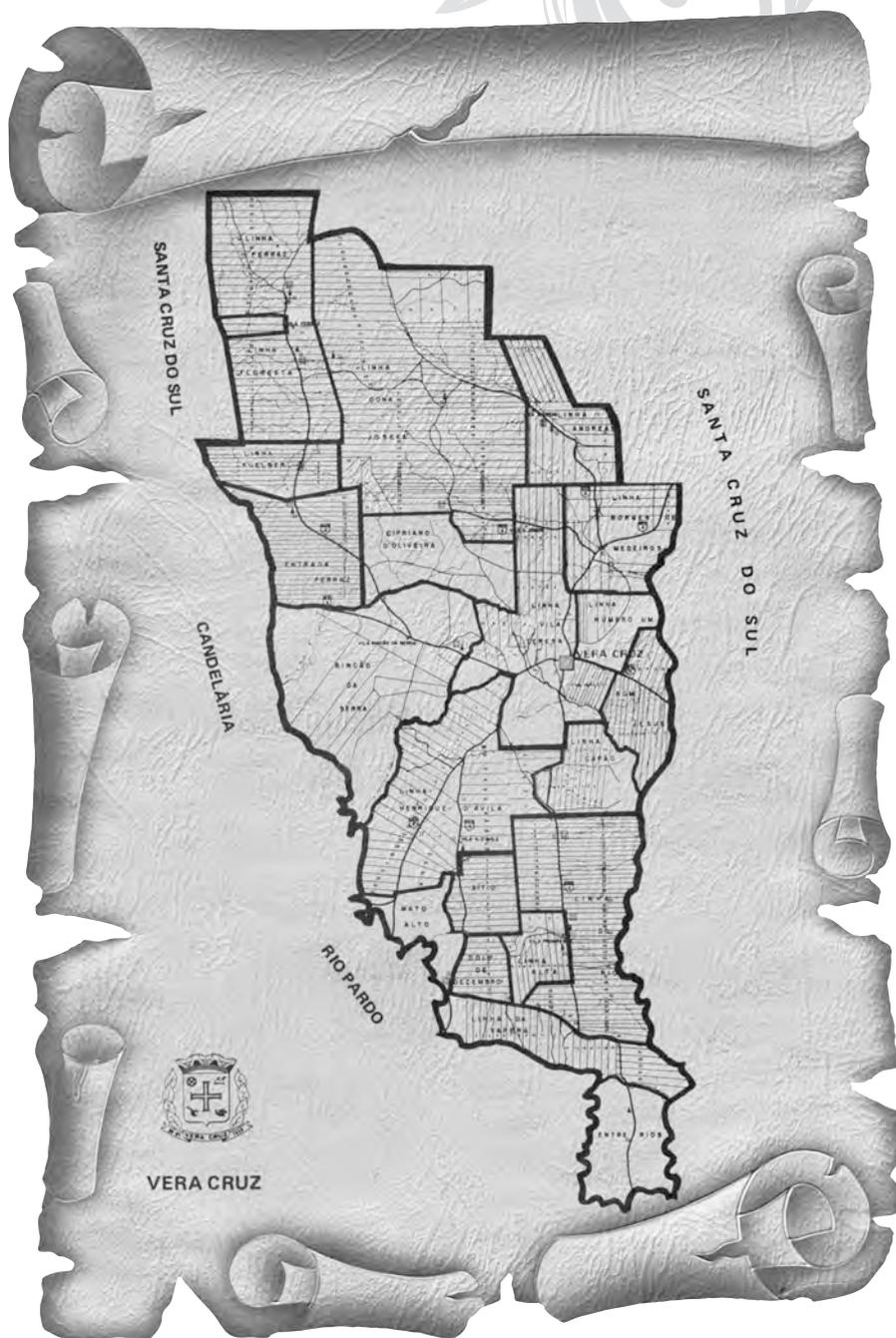
A localidade passou a chamar-se Linha Henrique D'Ávila em homenagem ao Presidente do Estado do RS - 1880 e 1881 - também encarregado de vender as terras desta localidade.

4.9 LINHA DO FUNDINHO

Ernesto Augusto Wild (Ferraz) possuía uma grande propriedade rural onde mantinha uma criação com aproximadamente 1200 animais (bovinos e eqüinos). Desfez-se das terras, em 1918, e transferiu-se para Porto Alegre. A área foi loteada e o primeiro morador foi Guilherme Jost.

4.10 LINHA BORGES DE MEDEIROS

A localidade recebeu o nome em homenagem a Antônio Augusto Borges de Medeiros – advogado e político brasileiro – Presidente da Província do Rio Grande do Sul.



MAPA DE DEMARCAÇÃO DOS PRIMEIROS
LOTES COLONIAIS DE VERA CRUZ

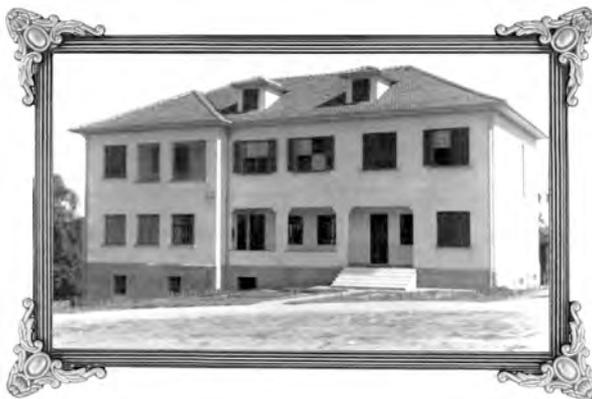
5. EDUCAÇÃO EM VERA CRUZ

Os imigrantes alemães que se fixaram no Rio Grande do Sul trouxeram consigo a idéia de que educação, a escola, precisava ocupar um espaço e atenção privilegiados. Assim, diziam que podiam ainda não ter uma casa, mas deviam providenciar material para cuidar do ensino de valores, da religião, cultivar e preservar a cultura. A expressão “*ohne Haus, doch mit Schulbuch*” (sem casa, mas com livros) era assumida pelas famílias e comunidades. Geralmente, ao lado de uma igreja erguia-se uma escola.

Os que se dirigiram para o nosso Município não fugiram à regra, lutavam contra toda sorte de adversidades. Diante da insuficiência de ensino nas escolas públicas, os desbravadores fundavam estabelecimentos de ensino que assegurassem a alfabetização e cultura das futuras gerações.

5.1 ESCOLA PARTICULAR CATÓLICA

A Escola Particular Católica de Villa Thereza foi fundada em 15 de julho de 1901 sob a ordenação do Padre Jesuíta Franz Susen. O primeiro professor foi Franz Kiewetter.



Com quarenta sócios fundadores, a Escola teve uma matrícula inicial de 51 alunos e as aulas eram ministradas em língua alemã.

Com 45 sócios fundadores, a Escola teve uma matrícula inicial de 51 alunos e as aulas ministradas em língua alemã.

Até 1931, as aulas eram ministradas na antiga capela até que a Comunidade adquiriu o prédio da sub-prefeitura da época.

Em 02.02.1956 foi fundada a Sociedade Escolar Anchieta da Paróquia de Santa Teresa e, em 1941, recebeu a denominação de Escola Particular Anchieta.

Após demolição, em 1956, o atual prédio foi construído e, a partir de 1959, as dependências abrigavam os alunos. Em 12.03.1961 foi inaugurado oficialmente.

A Escola sempre mantinha o ensino de 1ª à 4ª série até 1954 e, a partir desta data, passou a oferecer a 5ª série. Com o passar dos anos foi se aperfeiçoando e ampliando as séries e os cursos conforme as necessidade e exigência dos vera-cruzenses. Em fevereiro de 1996, parecer do Conselho Estadual de Educação autorizou a implantação do ensino de segundo grau no educandário

5.2 ESCOLA PARTICULAR EVANGÉLICA LUTERANA TRINDADE

A Escola Partícula Evangélica Luterana Trindade foi fundada no dia 13 de agosto de 1902 junto com a Comunidade Evangélica Luterana Trindade de Linha Sítio.



Inicialmente, as aulas eram ministradas na residência de Ricardo Franke e os pastores assumiram também a função de professores.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, as crianças que já vinham de casa falando um dialeto alemão eram alfabetizadas na língua alemã.

Além de assistirem aulas com conteúdos exigidos pelo regime governamental e oficial (Português, Matemática e Estudos Sociais, Educação Física, Educação Artística – teatro, desenho e trabalhos manuais), os alunos também recebiam atividades diárias com música, canto, conteúdos bíblicos e catequéticos.

Com o passar dos anos, o aumento do número de alunos exigiu que se construísse um prédio adequado em forma e tamanho para atender as crianças em idade escolar. O grande acúmulo de trabalho obrigou a Comunidade a chamar mestres, aliviando a sobrecarga de tarefas do pastor.

Na Páscoa de 1932 a Escola Paroquial contava com o número de 72 alunos. Já há mais tempo era necessário contratar um auxiliar. A Comunidade e a Escola Paroquial encontraram esta ajuda na pessoa da senhorita Ella Güths, que veio de Toropi, interior de São Pedro do Sul, RS. Ela já trabalhava em Escola Paroquial mais ou menos uns dois anos. Tomou sobre sua regência as classes iniciais desde outubro de 1931.

Havia um comissão de membros encarregada de fiscalizar o trabalho realizado pela escola cuja composição era renovada parcialmente cada ano através de eleição em Assembléia Geral.

Os filhos de todos os membros eram obrigados a estudar na Escola Paroquial. Aqueles que moravam distantes de Vila Progresso (Albardão, São José da Reserva, Linha Henrique D'Ávila, Entre Rios) freqüentavam as aulas no ano em que faziam instrução de confirmandos. Muitas crianças vinham morar na casa de parentes ou padrinhos.

O excelente nível das atividades de ensino-aprendizagem desenvolvido era conhecido e reconhecido na região. Assim, com o passar do tempo, houve uma significativa procura de vagas por pais de alunos católicos. Tal realidade fez a Comunidade rever a decisão de matricular apenas alunos luteranos e considerar o educandário um instrumento de missão, auxiliando na difusão da doutrina luterana.

Os custos de manutenção e pagamento do salário dos professores eram garantidos pelas mensalidades que os pais pagavam. Desde os mais pobres até os mais abastados, todos cumpriam a sua obrigação e levantavam o dinheiro suficiente para ter uma escola de boa qualidade.

Eventualmente, quando alguma família pobre e numerosa sentia dificuldade em saldar seu compromisso, surgia um padrinho que ajudava ou a Comunidade facilitava o pagamento. Jamais isentava por completo, destacando o valor e importância da educação.

Atuaram como professores do educandário: Karl Hermann Steyer, Ella Güths, Edwin Laufer, Edka Rudy Petry, Alfredo Elicker, Erich Oscar Mayer, Augusto Carlos Drews, Ewaldo Elicker, Benjamin Tornquist, Kurt Elicker, Theodoro Paulo Musskopf, Edgar Sander, Arno Ziebell, Isolda Becker, Asta Verena Tews, Celeste Dummer, Miriam Ursula Tornquist Eichherr, Angelita Vanderléia Tews, Ester Stumm.

5.3 ESCOLA PARTICULAR AULA EVANGÉLICA

Em outubro de 1898, com a vinda do pastor Wilhelm Kull da Alemanha, nasce a Escola Particular Aula Evangélica.

Funcionando na própria casa paroquial, um prédio antigo pertencente à Associação Cultural e Esportiva

Dimon, ficou aos cuidados do pastor até 1907, quando então assumiu o pastor Paul Sudhaus. Este fundou em 28 de abril do mesmo ano a Sociedade Escolar Aula Evangélica da Língua Alemã, ou *Deutsche Evangelische Schulgemeinde*.

No ano de 1908, a nova escola de Vila Teresa recebe, diretamente da Alemanha, um auxílio de 600 marcos doados pelo senhor Gustav Adolf Verei, o qual acompanhou o crescimento da instituição. Com o aumento do número de alunos, a escola muda-se para a casa comercial de Heirich Theodor Wiebrecht onde permaneceu até 1931.

Durante este período, em 1929, com o apoio do pastor Siegfried Heine e graças à eficiente atuação de Rudolf Wazlawick é fundada a Escola Particular de Ensino Fundamental Aula Evangélica que gradualmente foi efetivando mais conquistas: a criação da APPA (Associação de Pais, Professores e Amigos) em 1990, conjugando esforços dos associados a fim de melhorar o rendimento da ação educacional em prol do educando; a conclusão do Ensino Fundamental em 1994 e a instalação do Laboratório de Informática em 1995.

Os anos passaram e a instituição continuou trabalhando cada vez mais para concretizar plenamente o seu lema de compromisso com a



educação. Assim, investiu na formulação de programas que envolvem a Comunidade Escolar visando o fortalecimento das relações entre professores, pais e alunos.

No ano de 2008, ao completar seus 110 anos, a Escola Aula Evangélica celebra a implantação do Ensino Médio, um sonho realizado, bem como as ampliações estruturais realizadas nos últimos anos.

E em 2009, a Escola passa a se chamar Instituto Sinodal Imigrante, nome escolhido em conjunto com a comunidade escolar.

5.4 ESCOLA ESTADUAL TENENTE JOSÉ JERÔNIMO MESQUITA

A criação do educandário ocorre no dia 07.01.1939, através do Decreto nº 7675, quando Vila Teresa pertencia a área educacional de Cachoeira do Sul

Em 28 de março de 1939, com uma matrícula inicial de 84

alunos, iniciou as atividades o Grupo Escolar Tenente José Jerônimo Mesquita – em homenagem ao militar tombado na Itália durante a Segunda Guerra Mundial - sob a direção da Professora Adilia Mariante Campos auxiliada pelas Professoras Hedvirges Bergel Rech e Hildegardis Etges.

A Escola funcionava num prédio na Rua Cláudio Manual. Para atender a população escolar houve a necessidade de um prédio mais amplo, sendo para tanto, inaugurado o atual prédio, no ano de 1943.

Desde a fundação, o educandário é uma referência quando se trata de qualidade de ensino da pré-escola à 4ª série.



6. ENTIDADES RELIGIOSAS

Os imigrantes que se dirigiram à região onde hoje se situa nosso Município trouxeram em sua bagagem muitos sonhos para concretizar numa nova terra e acharam força na fé em Deus que movia cada pessoa em busca de uma nova vida.

6.1 COMUNIDADE CATÓLICA IMACULADA CONCEIÇÃO

Quando os primeiros imigrantes europeus chegaram à Dona Josefa, região norte do atual município de Vera Cruz, além de se preocuparem com a moradia e plantação, consolidaram uma comunidade já nos primeiros anos da década de 1850 com a construção da primeira capela de madeira, sendo que foram construídas mais duas capelas de madeira até que o atual templo (alvenaria) tivesse sua pedra fundamental (angular) lançada em 1868, como relata Carlos André Müller em seu trabalho de conclusão de curso de Teologia na Universidade Católica



do Rio Grande do Sul.

Em homenagem ao centenário da comunidade, os fiéis ergueram um monumento da Santa Imaculada Conceição com data da fundação e de construção do monumento (1858 -1958).

O padre Müller, em seu trabalho de conclusão de curso, faz uso de um documento escrito em alemão sobre a comunidade de Dona Josefa ao qual nos referimos neste histórico, o original encontra-se arquivado na Paróquia de Vera Cruz.

Segundo Müller, o documento traz as principais visitas eclesíásticas e a arrecadação de fundos para a construção da atual capela. O primeiro sacerdote a visitar a comunidade foi o Pe. Reinoldo Traube, no ano de 1858, e celebrou uma missa na casa do Sr., Teobaldo Gessinger.

Em 1860, a comunidade recebeu a visita do Pe. Miguel Keller que rezou a missa na segunda capela de madeira. Em 1862 o padre visita novamente a picada e celebra missa na casa de Teobaldo Gessinger, e manda cercar a colônia pertencente a Igreja, onde agora se acha o cemitério e lança benção.

A prova que esse cemitério é o primeiro de Dona Josefa é que o primeiro imigrante Philipp Limberger encontra-se sepultado no local.

Em primeiro de março de 1868, os moradores realizam uma Assembleia na capela de madeira onde decidiram construir uma igreja e que cada sócio deveria entregar uma carga de pedras e 20 mil réis.

A administração da obra ficou a cargo do colono Teobaldo Gessinger, que, no dia 4 de abril de 1868, entregou a alvenaria a quem menos estava cobrando: Mathias Giehl.

A igreja deveria ter por fora as dimensões de 54 pés de comprimento e de 30 pés de largura, segundo Müller 2001.

No dia 5 de outubro de 1868 foi lançada a pedra angular pelo Padre Vigário José Stüer; e com a aprovação dos moradores foi eleita a padroeira Imaculada Conceição.

A pedra que foi localizada no lado Norte da Igreja com inscrição de duas cruzes e contendo uma garrafa, já não tinha mais documentos, mas que data de época anterior a construção. A localização da pedra angular

comprova a validação do documento analisado pelo padre Müller que, apesar de não estar assinado, mencionava a pedra angular.

Ainda na pedra angular foram encontradas duas iniciais W M, na reentrância onde se encontrava a garrafa, imagina-se que seja do responsável pela obra, Senhor Mathias Giehl, e do marceneiro que confeccionou as aberturas: Senhor Weiss.

O revestimento do forro, confecção do assoalho, a mesa de comunhão e os confessionários foram confiados ao marceneiro José Werlang.

Com a visita do Bispo Sebastião Dias Laranjeiras foi dada a bênção na capela no dia 6 de dezembro de 1873.

6.2 COMUNIDADE EVANGÉLICA DE ALTO FERRAZ

Os primeiros moradores da Picada Ferraz emigraram no dia 18 de novembro ano de 1859 da Alemanha. A sua maioria era natural da Província de Pommern e alguns do Reno.

Aqui se reúnem e formam uma comunidade para professar a religião e a fé que os unia. Em 1866 é nomeado o Pastor Christian Schmidt e junto com os quarenta moradores iniciaram a construção da casa paroquial que também era utilizada como escola e local de culto (igreja).

Mais tarde decidiram construir uma igreja e, para tanto, foi necessário comprar meia colônia - onde já estava a Casa Paroquial – construindo-se ali a igreja e instalando-se um cemitério.

Graças à união dos membros, a igreja estava concluída e foi inaugurada no dia 1º de março de 1872.

A primeira ata da Comunidade Evangélica de Linha Ferraz está assi-



nada pelos seguintes sócios fundadores: Daniel Mattheis, Carl Müller, Wilhelm Ebert, Heinrich Fülber, Carl Rickmann, Carl Kohls, Johann Böttcher, Ludwig Pitrowski, Nikolaus Möller, Phillip Ketzer, Wilhelm Schwantz, Carl Reinke, Wilhelm Schöder, Heinrich Schneider, Johann Schöder, Ferdinand Schröder, Friedrich Schwantz, Johann Boness, Friedrich Rusch, August Ernest, Wilhelm Blank, Johann Rusch, Carl Rusch, Albert Züge, Friedrich Steinhaus, Wilhelm Masske, Wilhelm Schmidt, Eduart Schöder, Hermann Züge, Carl Rathke, Christian Jäger, Carl Schlesener, Ferdinand Jungher, Wilhelm Blank, Friedrich Schumacher, Carl Schumacher, Anton Fleming, Augusto Gröner Johann Zahn, Heinreg Schust, Friedrich Pagel Wilhelm Waldow, Ludwig Waldow, Albert Grieger, Ludwig Sell, Peter Back, Ludwig Schmidt, Ferdinand Jost, Wilhelm Rusch, Wilhelm Gehrke, Adam Jost, Petter Jost, Karl Ernest, Friedrich Wisch e Johann Schneider.

Berta Christiane Rusch, nascida no dia 11.01.1863, foi a primeira batizada no dia 24.01.1863. Hermann Kumm e Caroline Luise Christiane Radke casaram no dia 20.04.1866. O primeiro óbito registrado nos livros é de Heinrich Seckler em 13.03.1866. O primeiro óbito ocorrido em Linha Ferraz foi de Carl Gottfried em 19.04.1866.

Em 1903, no dia 11 de outubro, filia-se ao “Oberkirchenrat Durch Die Preubiche Statsregierung,” Igreja Estatal da Prússia, do Império Alemão.

Foram pastores e exerceram o ministério na Comunidade: Christian Schmidt (1866-1874); Michael Haetinger (1874-1877), Heinrich Eduard Falk (1877-1886); Rampf (1886- 1891); Gustav Ahrens (1891-1897); Kersten (1897-1903); Cristoph Dettmar (1903-1908); Wilhelm Karl Osterkamp (1908-1910); Christian Bühler (1910-1920); Alfred Elsässer (1921-1925); Jonathan Striebel (1925-1927); Fritz Rupflin (1927-1931); Heinrich Lampmann (1931-1939); Arthur Becker (1939-1947); Gerhard Leistner (1947-1951); Friedrich Johann Schneider (1951-1962); Gerhard Huber (1962-1965); Martin Seitz (1967-1970); Lutero Wacholz (1971-1973); Peter Klaus Joachim Hübner (1976-1989), Bernardo Daniel Rossner (1989-1992), Carlos Ernesto Wendland (1992 ...)

A atual casa paroquial foi construída em 1954. A nova igreja “Misericórdia” teve iniciada sua construção na época do Pastor Martin Seitz e concluída na época do pastor Lutero Wacholz. No dia 28.05.1972 – cem anos após a primeira – foi inaugurada a nova casa de cultos.

6.3 PARÓQUIA SANTA TERESA

O território atual de Vera Cruz integrou a Paróquia do Rosário de Rio Pardo até o dia 15.07.1860, data da posse do 1º vigário de São João Batista de Santa Cruz do Sul, Padre Manoel José da Conceição Braga.

A primeira visita pastoral como crismas, em Vila Teresa, aconteceu no dia 12.02.1873 e o segundo Bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul – D. Sebastião Dias Laranjeira - viajava a cavalo pela província.

Na terceira semana da quaresma de 1874, o Padre Guilherme Feldhaus S.J. pregou missões na casa de Jorge Wernz.



Em 1874, a Comunidade Católica local contava com 28 famílias e, em 31.08.1894, Dom Cláudio José (Gonçalves Ponce de Leão) concede licença para edificar uma capela no terreno doado por Tomas Drachler. Em 1913, conforme relatório, a comunidade era atendida em escola, em 1916 em escola-capela e, em 1917, em oratório público.

Em 02.05.1923 foi concedida licença do arcebispado para benzer a pedra fundamental da Capela de Vila Tereza.

A inauguração da atual igreja matriz foi no dia 17.03.1929 e, na mesma data, foram bentos os três sinos. A bênção foi ministrada pelo Padre Pedro José Mayer S. J.

O decreto de criação da Paróquia de Vila Teresa, outorgado por D. João Becker, data de 20.01.1937, sendo instalada no dia 05.03.1937 pelo mesmo prelado por ocasião da visita pastoral e crismas.

Com o decorrer dos anos, a necessidade de atender os católicos do interior do município foram fundadas as demais comunidades sob sua jurisdição.

6.3.1 COMUNIDADE CATÓLICA SÃO LUIZ

João Hoff, Mathias Hoff, João Wagner, Jacob Loebens, Jacob Heck, Johan Scherer e Henrique Müller foram os primeiros moradores católicos de Linha Floresta, provenientes de Dona Josefa, que iniciaram a formação da Comunidade São Luiz, em 1904, em Linha Floresta.

O Padre Thiago Klinger está entre os pioneiros e as terras para a construção da escola e da igreja foram adquiridas de Guilherme Voesch e Aloysio Antônio Wagner.

O templo foi erguido em etapas durante três anos e, somente em 1948, concluída com a construção da sacristia.

Em 1912, nove famílias construíram um prédio escolar de madeira e nomearam o morador mais letrado o pedreiro Johannes Scherer como professor. Em 1916, com o aumento do número de alunos, foi ampliado e substituído por uma construção com pedras. Funcionou como escola particular até 1964 quando foi encampada pela Prefeitura Municipal.



6.3.2 COMUNIDADE CATÓLICA SAGRADA FAMÍLIA

O primeiro local fixo para o encontro dos católicos de Linha Sítio foi o salão de festas de Miguel Forster. As missas eram mensais quando as enchentes não impediam a vinda do padre.

A primeira capela foi construída, no local onde hoje é o cemitério, em 1917. Tinha paredes de alvenaria construídas pelos sócios Miguel Forster, Cristóvão Rech, Inácio Gessinger, José Gessinger e Mathias Kern. João Rech era o regente do coral.

No fim da década de 1940, quando o número de sócios subiu para 18 famílias, a comunidade organizou-se para edificar um novo templo.

Em 1948, a diretoria composta por Inácio Sehnem, José Gassen, Inácio Gessinger e José Gessinger organizaram a conclusão da obra. Cada sócio, às suas custas, teve que trazer ao local 18 cargas de pedra grês, 12 mil tijolos e toda a areia necessária para a construção.

Em 1950, o Cônego José Maria Kroetz procedeu a bênção solene da pedra angular. Todo o trabalho voluntário até a conclusão da igreja foi acompanhada pelo construtor Lincoln Schiefelbein.

O altar-mor foi doado por Juliana Wink que adquiriu o altar lateral da antiga igreja matriz de Santa Cruz do Sul.

A comunidade também criou e manteve uma escola particular. O primeiro professor foi Miguel Forster. Com o passar dos anos tornou-se uma escola municipal e funcionou até 1964 quando foi extinta e os alunos matriculados foram encaminhados para a Escola Estadual Frederico Augusto Hannemann de Vila Progresso.



6.3.3 COMUNIDADE CATÓLICA SÃO JOSÉ

Já em 1916 teriam ocorrido celebrações religiosas nas casas das famílias Ramos, Müller, Brum, Wink e Helfer. No cemitério foram encontrados túmulos de 1911.

Em 1930 ocorreram as primeiras missões. Nos dias 21 a 25 de julho de 1939 houve missões com numerosa participação e teve lugar a primeira comunhão com 17 crianças.

No dia 25 de fevereiro de 1940, O Cônego José Becker benzeu o novo cemitério em ato solene.

A capela de madeira precisava ser substituída e, assim, sob a presidência de José Müller e a ajuda de Rodolfo Ziebell, Jorge Brum, Arthur Iser, João Martim de Brum, Franquilino Moraes, Miguel O. Ramos, Francisco Theisen e Francisco Wink, entre outros – inclusive evangélicos – iniciaram a construção da nova igreja. O sino de 216 kg foi adquirido da Bromberg de Porto Alegre e, no dia 27 de fevereiro de 1949, foi inaugurado.

A pedra angular do atual prédio foi lançada em 1961. As obras de construção se estenderam de 1962 a 1965 quando estava concluída a nova casa de cultos.



6.3.4 COMUNIDADE CATÓLICA SANTA TERESINHA

A Comunidade deu os primeiros passos com a celebração da primeira missa nos dias 9 e 10 de novembro de 1937 na residência da Família de José de Menezes Borges, primeira visita do novo pároco: Cônego José Becker.

Participaram de forma ativa João Mueller Filho, Carlos Butzen, Gabriel Lemos da Silva, Egídio Wink, João de Menezes Borges, José de Menezes Borges e Rafael de Menezes Borges.



A construção da igreja e a organização da comunidade exigiram muito esforço de todos. Os tijolos foram trazidos de Rio Pardo, da Olaria Meurer, por uma embarcação pelo barqueiro Emílio Daudt. Do rio até o local eram transportados por carroças.

Em 1948, a capela foi benta pelo Padre José Maria Kroetz, coroando um desejo dos moradores Católicos de Entre Rios.

O sentimento religioso frutificou e tornaram-se religiosas: Balbina Pappen (Ordem Franciscana); Zoraida de Menezes Borges (Ordem franciscana); Maria Fabiana de Menezes Borges (Ordem Franciscana); Marai Elisabete Thomas (Jesus Crucificado) e Maria Breolina Wink (Jesus Crucificado).

6.3.5 COMUNIDADE CATÓLICA NOSSA SENHORA AUXILIADORA

O livro Tombo registra a primeira visita pastoral no dia 17 de março de 1937. D. João Becker foi acolhido calorosamente pelos católicos da localidade de Rincão da Serra e crismou 43 crianças.

No dia 30 de setembro de 1938, 17 moradores e o Cônego José Becker fundaram a Irmandade de Nossa Senhora Auxiliadora dos Cristãos. Osório Ortiz doou um hectare de terra para a comunidade e foi construída uma capela de madeira. Atuaram, nas missões, os padres Leonardo Ecke e Carlos Schleinkofer. A primeira comunhão de crianças ocorreu em 11 de maio de 1941. A bênção solene e o lançamento da pedra fundamental da nova igreja ocorreram em 05 de outubro de 1947. O Cônego José Maria Kroetz acompanhou a obra entregue aos empreiteiros Orlando Nauderer e Adolino Beckenkamp. Os trabalhos de construção foram concluídos em 1953. Em 1965 foi renovado o assoalho e, em 1966, foram concluídas algumas ampliações. Rodolfo Prestes doou meio hectare de terras para a organização de um cemitério.



6.3.6 COMUNIDADE CATÓLICA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

A Comunidade Católica Sagrado Coração de Jesus, localizada na Entrada Ferraz, não tem data precisa para o início das atividades. É sabido Gustavo Frantz, Leonardo Müller, Henrique Müller, Edmundo Beckenkamp, João Helfer, Martin Heck, José Rauber e Carlos Schmidt fundaram a primeira capela construída com tijolos e demolida por volta de 1943. O cemitério foi organizado em 1929.

Os membros da Comunidade contrataram os pedreiros João Koessler e João Kist para erguer uma nova casa de cultos. No dia 5 de maio de 1940 convidaram o Cônego José Becker a preceder a bênção da pedra angular. Os trabalhos prosseguiram e, em 24 de outubro de 1943, inauguraram provisoriamente a nova igreja.

Dez anos depois, 12 de setembro de 1954, com a presença do Cônego José Maria Kroetz, foi, finalmente, inaugurada a igreja.



6.3.7 COMUNIDADE CATÓLICA SANTA ANA

A Comunidade Católica Santa Ana, inicialmente, reunia os fiéis na casa de membros e, mais tarde, na escola em Passo do Antônio Joaquim.

A família de Adão Artur Heiderich doou o terreno para a construção de uma igreja. Leopoldo Heiderich (pedreiro) e seu filho (servente) ergueram o templo sem remuneração alguma.

Finalmente, em 1947, após cinco anos de trabalho, em meio a grande solenidade, o Cônego José Maria Kroetz deu a benção à capela. A partir do ano de 1948, a Comunidade passou a ser atendida pelo Vigário de Albardão. Tal prática se estende até os dias de hoje.



6.4 COMUNIDADE EVANGÉLICA DE VERA CRUZ

A história da Comunidade se confunde com a própria colonização de Vera Cruz. No ano de 1859 foi realizado o primeiro batismo de evangélicos luteranos. Até o ano de 1873 eram servidos pelo Pastor Wolfram (em sua homenagem foi dado nome a um arroio que banha Vera Cruz: o *Wolframsbach*).

De 1874 até 1876, os luteranos - residentes em Villa Thereza - eram servidos pelo Pastor Michael Haettinger, residente em Ferraz. De 1876 até fevereiro de 1890, o Pastor Falk realizou os ofícios.

A partir de 1878, com importante participação do professor público Germano Boese Hansen, os evangélicos intensificaram o trabalho para a construção da primeira igreja. As famílias de Francisco Duering, Jacob Jost, Henrique Augusto Jost, Jacob Doern, Carl Jost, Christian Seibert, Carl Boesel, Peter Seibert, Ernest Iserhardt e outros participaram ativamente. Em 1890 aderiram as famílias de Guilherme Steinhoefel, Henrique Wieprecht, Francisco Doern, Guilherme Ziebell, Carlos Nagel, Carlos Wild, Henrique Bernhardt, Carlos Schulz, Carlos Abeling, Augusto Foesch, Carlos Becker, Julio Gruending, Jacob Stumm, Jacob Porcher, e Guilherme Beilke.

O documento oficial pelo qual se poderia fixar a criação da Comunidade é o Prontuário nº 100 da Repartição Central de Polícia de Santa Cruz onde consta a data de 10 de abril de 1884.

Nesta época, as localidades de Bom Jesus, Entrada Ferraz (*Karlruhe*), Entre Rios, Linha Sítio, Rio Pardense e Trombudo faziam parte da Comunidade.

A partir de 1890 até 1892, o pseudo-pastor Paul Kainath realizou



os ofícios quando seguiu para a América do Norte com a finalidade de estudar teologia.

De 1893 até setembro de 1894, o professor Wilhelm Sueffert atendeu a comunidade e, por motivos de locomoção, as localidades de Rio Pardense e Trombudo não foram mais atendidas.

O Pastor Alfred Precht permaneceu de julho de 1895 até 21 de junho de 1896 e até 16 de janeiro de 1897 o Pastor Friederich Hildebrandt atendeu os fiéis. O Pastor Wilhelm permaneceu de junho de 1897 até 1907 e retornou à Alemanha.

Em 1899 foi adquirida a terra e 1902 construiu uma casa pastoral. Em 1906 filiou-se a *Preussischen Oberkirchenrat*.

O Pastor Paul Sudhaus atendeu os membros de 11 de agosto de 1907 até 09 de janeiro de 1923. No dia 03 de maio de 1914, com 141 membros, foi inaugurada a atual igreja. Em 1916 iniciou o trabalho da OASE e, em outubro de 1918, a Comunidade filiou-se Sínodo Rio-grandense.

Também exerceram o pastorado Heinrich Haase (1923 – 1926), Theodor Danert (1926 – 1928), Fritz Schuetz (1928 – 1929), Siegfried Heine (1929 – 1932), Erich Kaemper (1932 – 1934), Heinrich Hillert (1934 – 1950), Edvin Wilm (1951 – 1956), Osvaldo Seifert (1957), Gerhardt Weissenstein (1958 – 1972), Ernest Heiko Peix (1972 – 1981), Abilio Kaiser (1981 – 1983), Gastão Breunig (1983 – 1987), Liro Vollbrecht (1988 – 1994), Rudi Armange (1992 – 1994), Orlando Schmitt (1995 – 2001), Honório Froemming (2002), César Neiverth (2002 – 2009).

6.5 COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA TRINDADE

A Comunidade Evangélica Luterana Trindade, de Linha Sítio, iniciou oficialmente suas atividades em 1902 com a vinda do Pastor Kersten. A primeira reunião para o início do seu trabalho pastoral foi no dia 13 de agosto de 1902, com a presença de 22 membros.

As pessoas que estiveram presentes a esta reunião eram as seguintes: Richard Franke, Friedrich Erdmann, Robert Merten, Karl Brandt, Albert Freese, Jakob Petry, August Becker, Friedrich Gehlhaar, Franz Roloff, Heinrich Petry, Wilhelm Herberts, Otto Heringer, Wilhelm Manz, Hermann Tews, Wilhelm Witt, Wilhelm Freese, Johann Schneider, Gustav Krüger, João Fülber, Karl Heringer e Karl Tews.



A primeira diretoria desta Comunidade fora formada pelos seguintes membros: Richard Franke, Robert Merten e Friedrich Erdmann.

O Pastor Kersten deu o conselho de que a Comunidade viesse a se filiar ao Sínodo Luterano de Missouri e chamar um pastor luterano e deste Sínodo. A convite da Comunidade, o Presidente do Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados, Pastor Wilhelm Mahler, se fez presente para, juntamente com a diretoria da Comunidade, falarem sobre o ensino da Igreja Luterana e em especial do Sínodo Luterano de Missouri. Depois de as duas partes terem entrado em comum acordo, sobre o ensino luterano, e a Comunidade aceitar as normas do Sínodo de Missouri, a Comunidade pediu sua filiação ao Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados e também foi feito o chamado para

a Comunidade receber o seu primeiro pastor desta Igreja.

Por duas vezes (1909 e 1916), a Comunidade sediou a Convenção Sinodal do Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e Outros Estados. E na segunda convenção esteve presente o Presidente Geral do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e Outros Estados, Rev. Dr. F. Pfothenhauer. Este foi o primeiro Presidente Geral que veio ao Brasil, participar de uma convenção, desde que a Igreja Luterana do Sínodo de Missouri começou o seu trabalho aqui no ano de 1900.

No início, os membros vinham sendo atendidos por um pastoreiro não formado. Em 1905 recebeu o primeiro pastor luterano Reverendo Martin Frosch (canadense). Os pastores que lhe seguiram foram: Edwin McMannis (americano), George Lehenbauer (americano), Friedrich Theodor Steyer, Walter Klaudat (sepultado no cemitério da localidade), Evaldo Elicker (permaneceu durante 30 anos), Sereno Butke, Adolfo Gustavo Ramison, Olavo Güths, Leonel Zimmermann, Arnildo Adair Schmidt, Gerson Luiz Flor e, atualmente, Alex Marciano Schmökel.

Chegou a ser uma das maiores congregações luteranas do Brasil e originou as Comunidade Paz do centro de Vera Cruz e a Comunidade Emanuel, de São José da Reserva, Santa Cruz do Sul.

6.6 COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA CRISTÁ DE FERRAZ

A Comunidade começou suas atividades na década de 1930 em meio a muitas dificuldades. Os cultos e atividades, no início, eram realizados no antigo prédio da Escola Municipal Gonçalves Dias em Entrada Ferraz.

No dia 23 de janeiro de 1936 foi realizado o primeiro culto e em 16 de fevereiro de 1936 foi lançada a pedra fundamental da atual igreja no Centro de Linha Ferraz. O desafio e chamado de Deus foi aceito por 36 famílias.

As datas marcantes para os membros são: 16.08.1936 – primeira confirmação; 16.02.1938 – inauguração da casa pastoral; 24.05.1953 - culto de dedicação dos três sinos da igreja; 05.09.1957 – fundação do Departamento das Servas; 07.04.1991 – Inauguração do novo pavilhão de festas; 04.06.1995 – culto de dedicação da Capela Mortuária; 04.02.1996 – Comemoração dos 60 anos de Lançamento da Pedra Fundamental do Templo.

Já atuaram como pastores: Walter Paulo G. Dreyer (1936–1957), Alberto G. A. Feldmann (1957–1963), Nicolay Neumann (1963–1966), Tito Martinho Lang (1966–1969), Elton Paulo Scheffler (1969–1978), Adilson D. Schünke (1979–1982), Valbirio Hutt (1982–1985), Oldegarte Schuldt (1985–1992), Erenildo Schulz (1992–2008) e Norberto Hirschmann (2008 ...)



6.7 COMUNIDADE EVANGÉLICA DE LINHA ANDRÉAS

Já no início da colonização, os moradores evangélicos – imigrantes compostos principalmente por famílias pomeranas - das Picadas Ferraz, Dona Josefa, Villa Thereza, São João, Linha Andréas, Sinimbu e Rio Pardinho se unificaram e pediram pelo envio de pastor de Barmen (Comitê para os Alemães Protestantes no Sul do Brasil). O Comitê enviou Christian Smidt em 1866 que se instalou em Dona Josefa. Em 1873 o Pastor Smidt se estabeleceu em Rio Pardinho, criando um novo pastorado. Quando o Pastor Smidt se transferiu para Rio Pardinho em 1873, as comunidades de São João e Sinimbu se filiaram à paróquia de Rio Pardinho e Linha Andréas à paróquia de Santa Cruz.



A Comunidade já era atuante em 1929 e teve sua primeira sede em Linha Dona Josefa. Durante muitos anos era atendida pelos pastores da Comunidade Evangélica de Rio Pardinho e, posteriormente, os pastores da Comunidade Evangélica de Vera Cruz atendem e acompanham os fiéis em todas as atividades, cultos e demais promoções. Constitui-se uma comunidade independente

7. CLUBES SOCIAIS

Os imigrantes alemães que para cá se dirigiram – assim como em todo o Estado – organizaram grupos e sociedades que serviram para unir e congregar os moradores nos momentos de lazer, cultura, prática esportiva, apoio em crises e dificuldades, entre outros. Em grande número surgiram sociedades de canto, orquestras, círculos de leituras, grupos de teatro, clubes de tiro ou lanceiros, sociedades de damas...

Segundo o livro Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul, Villa Thereza possuía inúmeros grupos, sociedades e clubes desde o início da vinda dos imigrantes.



<i>Localidade</i>	<i>Nome</i>	<i>Ano</i>	<i>Sócios</i>
Vila Theresa	Clube Concórdia	1890	94
Vila Theresa	Sociedade Alemã de Atiradores	1886	101
Vila Theresa	Ass. Teuto-Brasileira de Cavalaria	1902	140
Vila Theresa	Soc. Rio-Grandense de Cavalaria	1916	114
Vila Theresa	Ass. de Damas Victoria Thereza	1909	76
Vila Theresa	Sociedade de Canto Lina	1921	90
Vila Theresa	Sociedade de Amparo aos Doentes	1922	21
Dona Josefa	Sociedade de Cavalaria	1911	47
Dona Josefa	Sociedade de Atiradores	1890	40
Dona Josefa	Ass. de Damas Augusta Victoria	1910	35
Linka Sítio	Sociedade de Cavalaria	1905	70
Linka Sítio	Clube de Cavalaria	1911	35
Linka Sítio	Sociedade de Atiradores	1888	125
Ferraz	Clube de Damas Froksinn	1918	32
Ferraz	Clube de Atiradores	1918	42
Ferraz	Sociedade de Cavalaria Karlsruhe	1913	28
Ferraz	Sociedade de Damas Ferraz	1919	68
Ferraz	Clube de Lanceiros Ferraz	1887	60

8. CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ

No ano de 1950 – cem anos após a chegada dos primeiros imigrantes - surge, entre os habitantes, o desejo de formação de um novo município. A idéia de emancipação começa a ser discutida e defendida.

Vila Teresa progredia a olhos vistos. A agricultura formava a base sólida de sua economia, constituindo-se em infra-estrutura para o desenvolvimento dos outros setores de produção. Indústria de médio porte – no ramo do tabaco e bebidas – achava-se em pleno funcionamento e oferecendo emprego aos trabalhadores. O aumento do número de habitações delineava a zona urbana do 2º Distrito.

O comércio, as profissões liberais e outros ramos de atividades começam a intensificar o movimento, promover progresso e desenvolvimento. Comunidades religiosas, escolas públicas e particulares, clubes de recreação e esportes, igualmente, crescem. Demonstram a capacidade de produção e projetam um crescimento promissor.

A semente da autonomia e emancipação começa a germinar, tomou consistência e vulto. O desejo de criar um novo município era generalizado.

Em 1956, formou-se a Comissão Pró-Emancipação de Vila Teresa integrada por Dr. Jacob Blész (presidente), Osvaldo Kurz (Secretário Executivo), Ilgo Adi Henn, Arno Hepp, Alvino João Schmitt, Norberto Otto Wild, Ary Ernesto Gruending e Armindo Losekan.

A Comissão, juntamente com o povo, desenvolve um trabalho intenso e sistemático, contatando autoridades, promovendo reuniões com

a população, elaborando a documentação necessária e indispensável para compor o processo emancipacionista. No dia 21 de abril de 1958 redige um requerimento dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando as justificativas e requerendo a criação do Município de Vera Cruz

O trabalho em prol da autonomia política foi coroado com a realização do plebiscito a 30.11.1958 que apresentou como resultado 1.198 votos favoráveis, 424 votos contrários, 04 nulos e 12 brancos.

O povo mostrou-se favorável à emancipação e, finalmente, a Lei nº 3697 de 30.01.1959 – publicada no Diário oficial no dia 31.01.1959 – criou o Município de Vera Cruz, ocorrendo a instalação a 07.06.1959. Concretizou-se, desta forma, o anseio da população do ex-segundo Distrito.



**A TO DE ENTREGA DO PROCESSO DE
EMANCIPAÇÃO DE VERA CRUZ**

8.1 OS EMANCIPACIONISTAS

Jacob Blész é natural da Hungria, nascido no dia 12 de abril de 1898, filho de Lajos Blész e Ilona März. Naturalizou-se cidadão brasileiro em 17 de outubro de 1946. Casou-se com Ilse Borggreve, natural de O-Verbasz, Hungria, nascida em 1911. Tiveram três filhos: Arpad Ludwig, Atila Elöd e Aranka Hajnalka Parmys.



No ano de 1927, juntamente com seu padraсто Jacob Hauser e com recursos próprios, iniciou a construção do Hospital Teresa, No dia 1º de fevereiro de 1931 inicia o funcionamento da casa de saúde. Na administração e direção sucederam os filhos Dr. Arpad Ludwig Blész e Dr. Atila Elöd Blész até dezembro de 1996.

Sua participação foi marcante e decisiva na vida social como sócio ativo do Clube Cultural e Esportivo Vera Cruz.

Na política foi eleito vereador pelo PSD em 1951 e pelo PTB em 1955, chegando à presidência da Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul. Considerado um visionário – olha e enxerga possibilidades além do seu tempo – mentor e arquiteto do plano, motivou os demais para a realização de um sonho que parecia impossível: emancipação de Vila Teresa e criação de um Município. Faleceu no dia 02 de abril de 1969.

Arno Hepp, filho de Carlos Pedro Hepp e Frida Brust Hepp, nasceu no dia 05 de janeiro de 1920. Casou-se com Silma Schneider e tiveram dois filhos: Alfeu e Adail Rubi.



Contabilista por profissão, cuidava da contabilidade da Fábrica de Bebidas. Tornou-se sócio da Edmundo & Cia. Ltda., empresa que comercializava tabaco, dando origem à Lopes Sá Indus-

trial de Fumos, mais tarde Vera Fumos. Era admirado pela dedicação ao trabalho, capacidade administrativa e participação ativa na vida social da Vila Teresa.

Faleceu no dia 31 de dezembro de 1962 vítima de acidente aéreo em que pilotava seu próprio avião.

Ilgo Ady Henn nasceu em 14 de janeiro de 1915, na localidade de Albardão, distrito de Rio Pardo. Casou-se com Dona Oliva Weber de cujo matrimônio nasceram duas filhas: Elcida Luzia e Lisani Maria.

Muito jovem iniciou sua vida profissional como balconista na Casa Comercial Wild & Kroth. Posteriormente foi representante comercial. Em 1945 fundou sua própria empresa, comercial permanecendo neste ramo até o ano de 1968. Foi membro atuante da Liga de Defesa Nacional. Também foi Juiz de Paz durante alguns anos. Foi sócio fundador do Sport Clube Tereza, hoje Clube Cultural e Esportivo Vera Cruz, tendo sido seu primeiro tesoureiro. Ocupou vários cargos na diretoria do clube, tendo sido eleito presidente por diversas gestões. Foi sócio e grande colaborador do Clube Concórdia. Também participou do Lions Clube Vera Cruz.



Norberto Otto Wild, filho de Emília Gruending e Júlio Wild, nasceu em 11 de setembro de 1927. Casou com Eloni Welita Fischborn e deste matrimônio nasceram Jorge Luis, Ernani e Luciano.

Formado em Guarda Livros (Técnico em Contabilidade) pelo Colégio Mauá, sua atuação profissional sempre esteve centrada na iniciativa privada como sócio-proprietário e Diretor da empresa Wild, Kroth & Cia Ltda. Como



bancário ocupou o cargo de procurador do Banco Agrícola Mercantil S.A. (Unibanco) que, na época, funcionava junto ao escritório da firma Wild e Kroth.

Foi participante ativo do Lions Clube de Vera Cruz e da Comunidade Evangélica como secretário durante vários anos.

Como desportista foi destaque em várias modalidades: futebol no Esporte Clube Teresa; basquete no Colégio Mauá; fundador e atleta de voleibol do time Tijuca e bilhar no Clube Concórdia.

O esporte local recebeu a sua atenção, incentivo e entusiasmo. O Estádio Municipal leva seu nome em reconhecimento ao trabalho realizado. Faleceu no dia 30 de novembro de 1983.

Armindo Losekann nasceu, em Agudo, no dia 12 de novembro de 1927. Casou com Maria Augusta Fayet Moncay e tiveram quatro filhos: Beatriz Helena Moncay Losekann casada com Brian John O’Meagher; Ângela Elisabeth Moncay Losekann casada com Carlos Eduardo Guterrez Coelho; Jorge Felipe Moncay Losekann casado com Ângela Baierle e Ana Lúcia Moncay Losekann (divorciada).



Quando jovem trabalhou com o pai Adolfo Carlos Luis Losekann, plantando fumo em Vale Vêneto. Em Porto Alegre estudou no SENAC. Sua trajetória profissional solidificou-se nas fumageiras Fumossul junto com seu tio Alwin Losekann e Edmundo Gruendling.

Vindo morar em Vila Teresa, trabalhou na empresa Edmundo & Cia que passou à denominação Lopes Sá e, posteriormente, Verafumos. Após a morte de Arno Hepp, Armindo Losekann foi nomeado gerente. Aposentou-se como Diretor Geral da Empresa.

Sempre engajado em causas sociais, participou ativamente da construção e implantação da Escola de 2º Grau, na construção do Clube Vera Cruz, da Cancha de Bolão do Clube e da Cancha de Vôlei. Doou um terreno para o Asilo dos Idosos com a esperança de que

fosse construído um local para os idosos de Vera Cruz serem acolhidos com assistência social e entretenimento. Faleceu em 2 de setembro de 2006.

Alvino João Schmidt nasceu em 1911. Casou com Ilse Carmen Henn e tiveram quatro filhos: Lurdes, Léo, Luiz e Lúcio.

Foi vereador pelo 2º distrito - Vila Teresa - eleito pelo PSD, em 1955, exercendo o mandato até 1959.

Em 1956, convidado por Harry A. Werner, assumiu a secretaria geral executiva da AFUBRA e tornou-se o primeiro funcionário efetivo. Ocupou o cargo de presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil no período de 1967 a 1969.

No período de 1963 até 1976 foi Diretor do Ginásio Vera Cruz e professor de Francês. Junto com a esposa Ilse, durante muitos anos, foram os responsáveis pelo Correio. Faleceu em 1993.



Oswaldo Kurz nasceu no dia 26 de dezembro de 1927. Casou com Luiza Gentile Casonatto, natural de Guaporé, e tiveram três filhos: Victor, Luiz Valdo e Lisete.

Foi o primeiro diretor e professor de Geografia do Ginásio Vera Cruz, contabilista e representante do INPS durante 18 anos.

Colaborou com a emancipação como secretário – redator de todos os documentos e processo – cedendo espaço de seu escritório para reuniões, esclarecimentos às pessoas vindas do interior. Com a intensificação do movimento, foram transferidos, para o Clube Concórdia, os encontros para planejamento de ações para a realização de um plebiscito e sensi-



bilização da população para a criação de um município pujante.

Ary Ernesto Gruending nasceu 28 de abril de 1928. Foi casado com Ilse Alice Doern Gruending, falecida em 1982, companheira e colaboradora que sempre o acompanhou em todas as atividades sociais e benemerentes. Tiveram dois filhos: Carmen Gruending Juruena e Ricardo Ary Gruending.

Trabalhou sempre na Indústria de Bebidas Celina fundada, em 1894, pelo seu pai Edmundo Ricardo Gruending. Iniciou lá aos 17 anos, logo após ter concluído o Curso Técnico em Contabilidade no Colégio Mauá. Trabalhou até os 75 anos. Também exerceu o cargo de Juiz de Paz por mais de 20 anos.

Atuações na vida social e benemerente: Presidente da Comunidade Evangélica de Vera Cruz diversas vezes; Presidente do Lions Clube; Presidente do Esporte Clube Vera Cruz; Presidente, por vários anos, do MOBREAL. Com muita alegria recebeu, em 1971, o título de COMENDADOR, da Ordem do Rio Branco, concedido pelo Governo Federal. Recebeu esta condecoração no Teatro Municipal do Rio de Janeiro por serviços prestados ao Município de Vera Cruz.



8.2 A CÂMARA DE VEREADORES

A emancipação política deu aos munícipes o direito de realizar eleições e escolher os representantes para a Câmara Municipal. Os vereadores eleitos para a primeira legislatura foram: Gomercindo Petry de Moraes, Ervino J. Schaefer, Rudi Merten, Geroldo Franke, José A. Klinger, Wilmuth Molz e Lothar R. Deufel.



GOMERCINDO
PETRY DE MORAES

ERVINO J.
SCHAEFER

RUDI
MERTEN

GEROLDO
FRANKE



JOSÉ A.
KLINGER

WILMUTH
MOLZ

LOTHAR R.
DEUFEL



ADOLFO WERNER

8.3 PRIMEIRO VICE- PREFEITO

Assim como foram escolhidos os primeiros vereadores, os vera-cruzenses confirmaram a indicação dos candidatos únicos Nestor Frederico Henn como prefeito e Adolfo Werner como Vice-Prefeito.

O Vice-Prefeito Adolfo Werner, neto do imigrante Adolf Werner, nasceu no dia 17 de fevereiro de 1928. Casou-se com Odety Werner e tiveram quatro filhos: Álvaro Alvino, André Carlos, Fábio Wagner e Marcos Flávio.

Foi Escrivão Distrital e Tabelião do final da década de 1950 até sua morte.

Trabalhou ativamente no processo de emancipação, auxiliando os emancipacionistas. Não fez parte do grupo porque sua função pública não permitia sua participação como titular.

A sociedade vera-cruzense contou com sua constante atuação nas entidades do Município, tendo sido presidente da Comunidade Evangélica e do Clube Cultural e Esportivo Vera Cruz, cujo ginásio esportivo leva o seu nome. Faleceu no dia 07 de maio de 1970.



NESTOR FREDERICO HENN

8.4 PREFEITO NESTOR FREDERICO HENN: UM LÍDER COMUNITÁRIO

MARLI SILVEIRA

Nestor Frederico Henn¹⁴ destacou-se fundamentalmente por sua vocação política, exercendo cargos de vereador em Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, além de secretário municipal e prefeito de Vera Cruz por duas oportunidades. Foi uma das principais lideranças políticas do seu tempo e esteve presente na campanha pela emancipação político-administrativa de Vera Cruz e na fundação da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo -AMVARP, sendo inclusive o primeiro presidente da entidade (1961). Rádio técnico por formação, profissão que exerceu na oficina que mantinha em sua residência, também trabalhou na loja de ferragens do tio Elemar Kroth, depois Lojas Wild & Kroth, além de professor no Município de Vacaria. A missão militar foi outro destaque na vida de Nestor Frederico Henn, soldado, cabo, sargento, deixou o

¹⁴ Vera Cruz completa 50 anos de emancipação no dia 7 de junho de 2009, sendo oportuno que o livro comemorativo ao cinquentenário dedique algumas páginas ao primeiro prefeito de Vera Cruz, Nestor Frederico Henn, principalmente porque foi um líder à altura das grandes personalidades históricas que tornaram suas épocas períodos diferenciados e que ficam marcados para sempre. Nestor Frederico Henn nasceu no dia 25 de julho de 1918 no município de Rio Pardo, sendo filho de João Carlos Henn e Elsa Henn.

Exército Brasileiro como 2º Tenente da Reserva da 2ª Classe, Arma de Infantaria (Decreto Publicado no dia 31 de Dezembro de 1947- GP). Ainda foi presidente do Lions Clube, do Esporte Clube Teresa e fundador da Associação dos Apicultores de Vera Cruz.

No extenso currículo como prefeito de Vera Cruz, a organização burocrático-administrativa do recém emancipado Município, obras como abertura de estradas, calçamentos, construção de escolas, aquisição das primeiras máquinas do parque de máquinas, postos de saúde, criação da Biblioteca Municipal, etc.

No dia 11 de outubro de 1993, a Câmara de Vereadores de Vera Cruz, em reconhecimento aos trabalhos prestados por Nestor Frederico Henn, em proveito do desenvolvimento de Vera Cruz, aprovou a substituição dos nomes das ruas Padre Feijó e Duque de Caxias para Avenida Nestor Frederico Henn (Lei 1.144 de 15 de Outubro de 1993).

8.4.1 UM POUCO DA GENEALOGIA

Nestor Frederico Henn era filho de Elsa Henn e João Carlos Henn, sendo que por parte de mãe a sua origem remonta a Alemanha, pois foi lá que nasceu em 1862 o avô materno de Nestor Frederico Henn, Ernesto Carlos Wild. Em 1886 Ernesto Carlos Wild veio para Vera Cruz, então Vila Teresa, casando-se com Otília Margarethe Wieprecht. Elsa W. Henn, filha de Ernesto Carlos e Otília Wild casou-se com João Carlos Henn, que era filho de Frederico L. Henn e Gasparina Henn. O pai de Nestor Frederico Henn, João Carlos Henn era natural de Passo da Cavalhada, Rio Pardo. Comerciante, possuía casa comercial e loja de tecidos no Albardão, onde, inclusive, alguns filhos e netos ainda hoje vivem (irmãos e sobrinhos de Nestor). João Carlos Henn morreu afogado na enchente do arroio do Passo da Cavalhada quando a charrete em que estava foi levada pelas águas e o seu corpo somente foi encontrado 11 dias depois.

Nestor Frederico Henn casou-se em 14 de outubro de 1942 com Flora Schneider Henn¹⁵, filha de Gerold Arnulf Schneider e Evelina Schneider. A cerimônia foi presidida pelo juiz suplente Alcir Valfredo Pimentel e neste ano Nestor Frederico Henn residia em Santa Maria,

¹⁵ Flora Schneider Henn nasceu no dia 8 de setembro de 1921 e morreu com 82 anos, no dia 27 de junho de 2004.

onde servia no Exército Brasileiro.

No dia 28 de janeiro de 1991, Nestor Frederico Henn veio a falecer, aos 72 anos de idade. Flora Schneider Henn faleceu no dia 27 de junho de 2004. O casal Henn deixou três filhos, duas mulheres e um homem, 8 netos e seis bisnetos:

CLÓVIS GERALDO - casado com Claudete, residem em Venâncio Aires. Seguindo os passos do pai, trabalhou como secretário de Administração durante mais de 25 anos na Prefeitura de Venâncio, sendo assessor direto dos prefeitos Almedo Dettemborn e Glauco Scherer. Tiveram 3 filhos (netos)- Marcelo Antonio Henn (38), hoje casado com Márcia, reside em Nova Santa Rita e trabalha com processamento de dados, também possui 3 filhos (bisnetos) – BRUNO (18), JÚLIA (13) e LARA (11) são estudantes. Rafael Frederico Henn (36) – hoje casado com Luciane (juíza em Lajeado), reside em Venâncio Aires, administra a loja (do sogro) Comercial Mahle e Cia, possui uma filha (bisneta) MARIANA (03). Fabiano Otmar Henn (33) – casado com Joice, reside em Venâncio Aires, e trabalha na Tabacos Marasca. Não possui filhos;

LEDA MARIA casada com Lucas Wilson Gressler, residem na cidade. Ela foi doceira muitos anos, ele militar; hoje estão aposentados. Tiveram 3 filhos(netos) – LARISSA FRANKE (35) – também seguiu o avô no gosto pela vida administrativa, trabalha há 18 anos na Prefeitura. Hoje casada com Marcos Ivan dos Santos, que também trabalha na Prefeitura, residem na cidade, não tem filhos. **LUCAS FLÁVIO GRESSLER** (25) – solteiro, trabalha na Brastec Distribuidora de Materiais Químicos. Reside na cidade. **LILIAN LUCILENE GRESSLER** (23) – solteira, estuda farmácia na Unisc, reside em Vera Cruz.

CERES ADELAIDE AGGENS casada com Victor Aggens, sócio da Eletrônica Selenium, falecido no dia 26 de maio de 1996. Ceres reside em Nova Santa Rita. Também herdou gosto pela política, sendo candidata a vice-prefeita e trabalhando a alguns anos na Secretaria de Assistência Social de Nova Santa Rita e possui 2 filhos (netos) – **LEANDRO AGGENS** (37), solteiro e empresário. Reside em Nova Santa Rita. **ALEXANDRE AGGENS** (32), casado com Cristiane Strassburger – ambos empresários – residem em Canoas. Possuem dois filhos(bisnetos), **GUSTAVO** (3) e **GABRIEL** (1);

8.4.2 NESTOR HENN: VIDA E OBRA

Nestor Frederico Henn era militar, tendo atuado nas cidades de Vacaria e Santa Maria, inclusive fora do Rio Grande do Sul, no Estado da Bahia. Em Vacaria foi instrutor de Tiro de Guerra, oportunidade em que também se dedicou ao magistério, lecionando no Colégio São José durante o Governo de Synval Guazelli. Patriota convicto, Nestor sempre se destacou por sua atuação no Exército Brasileiro. Em quase uma década de serviço militar, passou de soldado a sargento, sendo que deixou a farda como 2º Tenente da Reserva da 2ª Classe, Arma de Infantaria (1947). O motivo que levou Nestor a deixar a vida militar foi a gravidez de sua esposa Flora, pois como Nestor havia sido transferido para a Bahia, julgou oportuno que neste momento sua missão era zelar pela família. Então, em 1945 Nestor deixa o Exército e passa a se dedicar à profissão de rádio técnico de formação, curso que fez por correspondência, na oficina que montara em sua própria casa, hoje centro de Vera Cruz. Como Nestor sempre foi um líder preocupado com seu tempo, na opinião de muitos “a frente do seu tempo”. Flora Henn, sua esposa, cuidou dos negócios sozinha durante muitos anos, no período em que Nestor assumiu cargos públicos. A oficina permaneceu aberta até meados de 1980 e, durante muitos anos, foi a principal ocupação do casal Henn.

A morte do pai fez com que Nestor muito jovem já tivesse que trabalhar. Esta situação, contudo, fez com que o primeiro prefeito de Vera Cruz tivesse na humildade um dos fundamentos básicos da sua vida profissional e familiar. Não diferente na política, pois Nestor sempre foi muito humilde em suas colocações, não gostava de grandes conotações políticas, inclusive fazia muitos projetos para outros políticos da época. Nestor desde muito novo foi instigado pela sua mãe a ler livros e jornais. A mãe de Nestor, assim como sua irmã, trabalhava no então Correio da localidade, onde chegavam os únicos jornais, sendo uma leitora fanática de noticiosos, e ali se reuniam com amigos para então comentar os acontecimentos do país e do mundo, novidades, acontecimentos. Inclusive ali também se reuniam, na época, os amigos de

Nestor. Amigos que mais tarde se tornariam políticos também famosos como Siegfried Heuser, Eduardo Ferrari, Pedro Simon, entre outros. Lideranças políticas que mais tarde, já ocupando cargos de relevância estadual e nacional, vinham a Vera Cruz, na casa de Nestor, para tratar dos assuntos da época.

E, assim, Nestor foi construindo sua vida pública, galgando reverência, experiência e conquistando o respeito de toda a região e da então Vila Teresa. Começou sua vida político-administrativa como secretário de Administração em Santa Cruz do sul. Em 1947, Nestor Frederico Henn foi eleito suplente de vereador em Santa Cruz do Sul, obtendo 130 votos de um universo de 10.669. A eleição ocorreu no dia 15 de novembro de 1947 e Nestor foi inscrito pelo Partido da Representação Popular (PRP). Em 1951, Nestor concorre mais uma vez ao cargo de vereador e se elege com 464 votos de um total de 12.924. O Partido pelo qual Nestor se elege é o PTB que obteve um total de 4.471 votos do total da eleição. A eleição se realizou no dia 1 de novembro de 1951. A expressão política de Nestor também se expressava dentro de Vila Teresa, participando ativamente das reuniões da Comissão Emancipacionista, formada em 1956, que ocorriam no antigo Galetto Kurz. Com a aprovação do pedido de Consulta Plebiscitária pelo Assembléia Legislativa do Estado, em 30 de novembro de 1958 ocorre o Plebiscito, garantindo um resultado de 1.198 votos favoráveis a emancipação de Vila Teresa (2º Distrito de Santa Cruz do Sul) e 424 contrários, brancos 4 e nulos 12.

No dia 24 de maio de 1959 acontece a primeira eleição de Vera Cruz, sendo que Nestor Frederico Henn é eleito prefeito de Vera Cruz em um processo eleitoral que reuniu 1.786 eleitores, sendo que Nestor recebeu 1.439 votos. O Diploma foi expedido no dia de junho de 1959. Nestor era filiado ao PTB.

Fundador e primeiro presidente da AMVARP, fundada aqui em Vera Cruz em 1961, criou a Biblioteca Municipal (1960). Trouxe para a cidade as primeiras motocicletas, na época “lambretas” que eram vendidas por meio de consórcio, fazendo a primeira viagem com ela para Soledade. Também era apicultor dedicado e organizou a viagem dos apicultores da cidade para Encontro Nacional no Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ele mesmo trabalhava arduamente na Prefeitura, sem

horário, pois na época não possuía toda a estrutura funcional que possui hoje. Em muitas ocasiões a sua esposa Flora trazia sua alimentação na prefeitura. A Prefeitura possuía na época apenas um veículo tipo Jeep. Apesar das dificuldades, Nestor tinha muito orgulho, segundo relatam familiares, de ter contribuído com o surgimento e consolidação político-administrativa de Vera Cruz. Por intermédio de Nestor figuras públicas como o ex-prefeito Haroldo Genehr entraram na política, sem contar o apoio a lideranças como a então vereadora Ivoneti Rech e o vereador Valdomiro da Rocha.

Em 1968, Nestor concorre mais uma vez a prefeito de Vera Cruz, em eleição que aconteceu no dia 15 de novembro de 1968 e contou com 3.172 votantes. Nestor se elege prefeito pela segunda vez, agora pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obtendo 1.441 votos. A vida política de Nestor se encerra no final dos anos 70, quando cumpre seu último cargo público após ter recebido 414 votos para vereador, nas eleições de 15 de novembro de 1976, também pelo MDB.

Em outubro de 1993, a Câmara de Vereadores, em sinal de reconhecimento ao trabalho e ineditismo de Nestor Frederico Henn, aprovou a substituição dos nomes das ruas Padre Feijó e Duque de Caxias para Avenida Nestor Frederico Henn, marcando para a posteridade o nome do primeiro prefeito de Vera Cruz.

Nestor Frederico Henn foi questionado ao final do seu segundo mandato de prefeito (início dos anos 70) o que pretendia fazer quando deixasse a Prefeitura. Ao que respondeu: *“Vou retornar à vida privada. Com quase 20 anos de serviço paralelo (público) e 35 anos de atividades regular, volto à casa de meus familiares para trabalhar e ganhar o pão de cada dia. O prêmio da aposentadoria não permite uma inatividade total, não obtive o reconhecimento dos serviços prestados, embora sacrificado com a contribuição à previdência. Espero exercer minha velha profissão e associar duas outras atividades: escrever para os jornais e desenvolver atividades granjeiras – principalmente a apicultura”*. Na mesma oportunidade disse, ao responder questão relacionada ao pleito municipal, que *“a principal virtude do administrador é saber qualificar o recurso de ordem pessoal e bem aplicar o recurso financeiro em proveito da coletividade”*.

8.5 REMINISCÊNCIAS DE VILA TERESA¹⁶

POR NESTOR FREDERICO HENN

8.5.1 O GRANDE INTERESSE PELA ELETRIFICAÇÃO RURAL

A Vila Teresa passou a receber energia elétrica lá pelo ano de 1936, proveniente da Usina Municipal de Santa Cruz do Sul, quando também foram contempladas as localidades de Sinimbu, Rio Pardinho e Linha Santa Cruz. Somente vinte anos depois começou a despertar o interesse pela eletricidade como força motriz e de iluminação, provocando um consenso nos responsáveis pela Administração Pública. No período de 1967 a usina elétrica e todo o sistema foram inventariados com vistas à encampação pela CEEE, que tinha todo o interesse em melhorar a disponibilidade de energia e orientar a iniciativa de projetos de eletrificação rural. Foi o cidadão Helmuth Beckenkamp que compareceu ao Gabinete do Prefeito de Santa Cruz do Sul para solicitar a construção de uma rede elétrica de Vila Teresa até a localidade de Sítio (hoje Vila Progresso). O prefeito Walter Kaempf depois da audiência ouviu assessores, o alto escalão da Administração e o Legislativo, baixou ato nomeando uma comissão com amplos poderes para desenvolver projetos e realizar obras de eletrificação com o apoio comunitário. Foram designados os senhores Orlando Baumhardt, Olavo Cruz a este autor, tendo como assessor técnico o senhor Luiz Scafim(...).

8.5.2 COMO AJUDAR AO PRÓXIMO: UM EXERCÍCIO QUE PASSOU PARA A HISTÓRIA

São das mais variadas formas que as pessoas podem ajudar uma melhor convivência; por meio de esforço físico a favor de alguma coisa útil, de contribuições financeiras, de comunicação – transmitindo alguma informação de interesse de algum grupo – ou de doação de material. Nossa história registra nomes ilustres e fatos dignos de menção. Bem

¹⁶ A influência e vivência histórica de Nestor Frederico Henn tornam o seu olhar um vislumbrar privilegiado da nossa história. Por isso, as reminiscências recuperam alguns trechos escritos por Nestor.

recente, um ilustre cidadão se despediu de nosso convívio, passando para a história. Quem não conheceu Ernesto Mandelli? Lá pela década de 40 ele se estabeleceu como administrador de um posto avançado da empresa Gerdau sediada na capital, para beneficiar madeiras especiais destinadas à indústria de móveis. (...) Uma demonstração de seu espírito construtivo foi seu esforço no dia da realização do plebiscito de 1958, quando acompanhou os eleitores de sua localidade, para votar na sede do então distrito de Vila Teresa a favor da emancipação.(...) O Esporte Clube Teresa foi favorecido com a doação de material e sua colocação para o primeiro parapeito e os bancos no campo de futebol.(...) Mais tarde, foi este líder comunitário que mandou construir a primeira capela na Coxilha Gerdau, com o apoio da comunidade e da empresa Gerdau. A construção da ponte no Rio Pardo, de alvenaria com cobertura, para acesso às terras da própria empresa, foi administrada por Mandelli com a supervisão técnica de João Gasparry.

8.5.3 A POLÍTICA DE HOJE E DE ONTEM

(...) Estamos na era de pedir legenda por empréstimo, para poder se candidatar. A maioria dos partidos sem liderança. A identificação ideológica sem transparência. Temos uma política frágil, com pouca substância e cara para o país. Está faltando um pouco mais de inteligência política, menos malversação do dinheiro público; precisamos de idealistas para salvar o povo e o país através da suprema lei. Que o Brasil produza mais. Quanta saudade do passado – da era da Constituição de 1946 – época em que os partidos estavam constantemente em campanha por um ideal, quando os mais autênticos líderes cumpriam um programa de reuniões.”

8.5.4 OS PREMIADOS NA EXPOSIÇÃO DE 1901 – MEDALHAS DE OURO, PRATA E DE BRONZE

Talvez seja uma parcela de herança dos colonizadores o espírito criativo que nossos antepassados eram possuidores. Eles exerciam um artesanato com tanta tecnologia para desenvolver equipamentos de produção, como, por exemplo, o descascador de arroz, o moinho de

farinha, a máquina de plantar, a industrialização de bebidas, e tantos outros que mereciam nota máxima. Na exposição de 1901, realizada em Porto Alegre, a Intendência de Santa Cruz manteve um pavilhão onde foram expostos 212 espécies de produtos, dentre eles diversos de Vila Teresa. Muitos moradores do distrito desta vila foram premiados com medalhas e menções honrosas, entregues pelo intendente de Santa Cruz do Sul Dr. Adalberto Pitta Pinheiro, em sessão pública realizada no dia 21 de julho de 1902. Foram recompensados os seguintes expositores deste distrito: Medalha de Ouro – F. Ernesto Wunderlich, pelo arroz de diversas qualidades. O engenho de arroz esteve localizado no lugar onde hoje existe o prédio da Farmácia Schmitt e ocupava uma sede de três andares (...) Medalha de Prata – Gruending&Irmãos, pela cerveja. Esta indústria foi o marco inicial da Indústria de Bebidas Celina Ltda, com sede em Vera Cruz. Medalha de Bronze – David Klump, pela aguardente (cachaça). Tinha seu alambique em Linha Dona Josefa, mais precisamente no topo da elevação que tem o nome de “*Klumpsberg*”, nome que se conserva ainda hoje. Menções Honrosas – Pedro José Assmann, pelos cestos de vime. Alberto Keller, pela máquina de semear. Jacob Doern, pelas banhas. Sua indústria tinha sede na esquina das ruas Cláudio Manoel com Thomaz Gonzaga, onde funciona a usina de fumos de Verafumos Ltda (hoje CTS, grifo do autor do capítulo). Adolfo Werner, pelos produtos não definidos.

8.6 NESTOR FREDERICO HENN: UM OLHAR

Reconhecidamente um homem de diálogo, Nestor Frederico Henn pautou sua vida política com eficiência e seriedade. Nestor orgulhava Vera Cruz, diz Sônia Marli Kessler Kirst,¹⁷ condição corroborada pelo ex-deputado Silvérius Kirst.

Na opinião do casal Kirst, Nestor era correto, inteligente e evitava radicalismos, postura que o tornava estimado tanto pela situação quanto pela oposição. “*Nestor foi figura fundamental na vida pública de Santa Cruz e de Vera Cruz. Lembro que na oportunidade em que*

¹⁷ Sônia Marli Kessler Kirst foi secretária da Administração no segundo mandato de prefeito de Nestor Frederico Henn, sendo esposa do ex-deputado Silvérius Kirsts.

foi Chefe de Gabinete do prefeito Arthur Walter Kaempff, se destacou pela capacidade de dialogar e construir a coalisão dos partidos na aprovação dos projetos do Executivo. Peça marcante e imprescindível no relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo”, diz Silvérius Kirst.

A estrutura administrativa dos períodos liderados por Nestor Frederico Henn à frente da Prefeitura Municipal não correspondia a atual realidade vivida pelos gestores públicos. O prédio era menor (antiga Prefeitura Municipal), secretarias e gabinete do prefeito funcionavam no mesmo patamar, diversas secretarias não existiam, também as demandas da comunidade eram outras. *“Eu era a única mulher da Prefeitura Municipal no segundo mandato do Nestor, mas jamais me senti menosprezada por ele ou pelos colegas. E, para mim, foi um privilégio ter convivido mais de um ano com o ex-prefeito Nestor, homem íntegro, sério, conciliador. Lembro que era bastante exigente, mas com uma grande capacidade de construir pelo caminho do diálogo,”* salienta Sônia Kirst.

Sônia diz que Nestor demonstrava claramente seu estado de espírito. Quando estava bem, chegava de manhã cedo e escorava o braço no trinco da porta e começava a conversar com todos. Já o dia que não estava bem, chegava e ia direto para sua sala. *“Só sei que tudo o que eu disser será pouco para qualificar quem foi Nestor, pois tanto no lado humano quanto no lado profissional era maravilhoso e estimado por todos. Sua morte deixou uma lacuna não apenas no mundo político da região, mas no coração de todos aqueles que tiveram a oportunidade de conviver com esta figura que foi uma das personalidades públicas mais conhecidas e reconhecidas do seu tempo”.*

8.7 LÍDER MUNICIPALISTA

Na visão do Senador da República Pedro Simon, Nestor Frederico Henn foi um líder municipalista e seu destemor foi fundamental para a criação do Município de Vera Cruz: *“Por ocasião do cinquentenário da cidade de Vera Cruz, creio que é importante lembrarmos as origens do Município. Veremos, então, que foi em meados da década de 50*

do século passado que a ideia da constituição de município autônomo começou a ganhar as mentes das pessoas da terra. O patrono da ideia era Nestor Frederico Henn, homem que gozava de elevado conceito entre os seus vizinhos. Todos que o conheceram falam do seu amor pelo trabalho e pelo conhecimento. Autodidata, ele educou-se a si próprio. Era visto sempre às voltas com livros, jornais e revistas. Foi ele quem levou adiante a ideia de que o então segundo distrito de Santa Cruz do Sul, mais conhecido como Vila Teresa, poderia ser um município autônomo. Teve sucesso nessa sua empreitada.”

Em 1959, o sonho se transformou em realidade. A seguir, ocorreu então o que seria o natural: tornou-se o primeiro prefeito da jovem cidade. E, anos depois, Nestor Frederico Henn tornou-se o terceiro prefeito. Esse meu velho companheiro de lutas políticas, Nestor Frederico Henn, merece o meu respeito. Sou um antigo militante do municipalismo. Em inúmeros pronunciamentos no Senado Federal destaquei a importância de reordenar o pacto federativo, assegurando ao município maior autonomia. Julgo que o cidadão é o melhor fiscal de um governo. No município, ele está muito próximo da ação pública. Ele pode cobrar providências e pode fiscalizar os governantes. Mas, para que isso se efetive, o município precisa dos recursos que devem acompanhar encargos e responsabilidades. Quero também lembrar aqui um outro municipalista fervoroso: o saudoso Ulysses Guimarães, que foi nosso grande líder durante a luta pela reconquista da democracia. Quando queria destacar a importância do municipalismo, costumava dizer que “ninguém vive na União; as pessoas nascem, vivem, se casam e têm filhos é no município, nas suas cidades”. Por tudo isso, saúdo a memória de Nestor Frederico Henn. Creio que seus concidadãos têm todos os motivos para se orgulharem do homem que ergueu a cidade na qual todos têm hoje o privilégio de viver”. (Senador Pedro Simon, Brasília, 13 de outubro de 2008)¹⁸

¹⁸ Este capítulo sobre Nestor Frederico Henn se configura como uma tentativa de enriquecer o livro sobre o Município de Vera Cruz e oportunidade de garantir à posteridade um lugar ao primeiro prefeito de Vera Cruz.

CONCLUSÃO

A história de uma época, de um povo, de uma região ou de um município é feita, construída e escrita pelas pessoas que viveram e vivem em suas comunidades. A história é intrínseca, vivida. Seus caminhos são postos e justapostos pelos agentes históricos que somos nós.

A trajetória, as conquistas, as derrotas, os sucessos, o fracasso são o resultado da ação ou omissão dos indivíduos envolvidos neste processo. Mesmo que uma ação individual não resulte em um processo histórico ou compreender em si mesma toda a história, somos construtos e construtores do tempo.

A história é construída no dia-a-dia - dias que formam décadas, séculos e milênios - por indivíduos que sonham, acreditam numa causa, iniciam uma jornada com fé e determinação, executam tarefas, trabalham, doam suor, sangue e vida. São os atores, sejam eles anônimos ou não que movem o mundo

A leitura e organização das pesquisas realizadas sobre o tempo, a terra e gente de Vera Cruz são um exemplo palpável de que podemos caminhar sobre nossos próprios passos tendo em vista que foram trilhadados por aqueles mesmos que se reconhecem na trajetória. Tendo em vista que podemos recontar justamente porque estamos nela e não fora dela.

Em nenhum momento pretende ser uma pesquisa definitiva da história, mas, acima de tudo, instigar novos pesquisadores para o aperfeiçoamento das investigações a respeito do nosso passado e estudar as diferentes localidades e fatos ainda desconhecidos.

Resgatar o passado para compreendê-lo e, com isto, iluminar o futuro é uma forma de resumir o objetivo deste trabalho de publicação do livro “Vera Cruz: tempo, terra e gente.”

BIBLIOGRAFIA

Arquivo Histórico de Rio Pardo. Códice Geral – 03. Ano: 1814. p.218

Arquivo Histórico de Vera Cruz.

ALVES, Eliege Moura. *Presentes e Invisíveis - Escravos em Terras de Alemães - São Leopoldo: 1850-1870*. Dissertação (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil), 2004.

APESC/PUCRS, Publicação Avulsa n.1, 1978.

BELING, Romar Rudolfo. *A história de muita gente: um exemplo de liderança*. Santa Cruz do Sul: Afubra, 2006, 200p.

CHARÃO, Ricardo Brasil. *O imigrante alemão e o escravo no Rio Grande do Sul: uma relação ausente na historiografia sul-riograndense*. Dissertação (Escola Superior de Teologia, EST, Brasil), 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Mobilidade e desenvolvimento regional: o caso da comunidade afro-brasileira de Santa Cruz do Sul*. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, 2001, p.53-80.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Jorge Luiz da – *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 184p.

Die Kolonie. *Der Überfall auf Villa Thereza*. Mittwoch, den 23. Januar 1895.

DUMMER, Celeste. SCHMÖKEL, Alex Marciano. *100 anos de ensino, pregação e testemunho*. Santa Cruz do Sul: LupaGraf, 2002, 106 p.

DUMMER, Celeste. WASEN, Hilário. *Escola Hannemann: 40 anos de educação e cooperação*. Santa Cruz do Sul: LupaGraf, 2004, 63p.

ELICKER, Evaldo. *Evangelisch-Lutherische Dreieinigkeitsgemeinde Sítio, Santa Cruz*. In: Der Luther-Kelender für Süd-Amerika – 1939. P. 46.

ELICKER, Evaldo. *60 Jahre Lutherische Gemeinde in Sítio*. In: Der Luther-Kalender für Süd-Amerika – 1965. P. 49.

Escrituras antigas cedidas por descendentes ou proprietários posteriores - que as mantêm guardadas.

FACHEL, José. *O negro no município de Santa Cruz do Sul*. Barbarói: Revista do Departamento de Ciências humanas e do Departamento de Psicologia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n 15, jul-dez, 2001, p. 7-26.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FRY, Peter. *A persistência da raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Depois da Democracia racial*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a14v18n2.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2007.

KAERCHER, Nestor José. *Registros Históricos de Santa Cruz do Sul – Câmara Municipal*. Santa Cruz do Sul. Artetexto, 2004. 1276p.

KLAMT, S.C. *Uma Contribuição para o Sistema de Assemtamento de um Grupo Horticultor da tradição Tupiguarani*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7º edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 a.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.
- HECK, Bernardo J., *Vidas ilustres*. In: Jornal Arauto. 05.05.1998 a 05.01.1999. p. 4
- HECK, Bernardo J., *A ponte centenária esquecida pelo tempo*. In: Jornal Arauto. 23.05.2000 a 14.11.2000. p.4
- HECK, Bernardo J., *A estrada do Bom Jesus – difícil trajetória da lama ao asfalto*. In: Jornal Arauto 21.11.2000 a 19.12.2000. p.4
- HECK, Bernardo J., *Anchieta 100 anos*. Vera Cruz: Editora Pale, 2001.123p.
- HOFF, Sandino e outros. *As famílias pioneiras da Linha Ferraz (1859 a 1879)*. 48p.
- HOFF, Sandino. *Dona Josefa – as famílias pioneiras*. 46p
Jornal Novo Tempo 16.07.2005 – *Menezes Borges foram os primeiros a chegar*.
- LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1982. 138p.
- Lei nº 1814 de 28 de junho de 1889 - Apostila sem data
- Livro dos Arrolamentos de Villa Thereza. 1894 - 1906
- MAESTRI, Mario. *Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul*. REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos Gomes (org). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 2000, p. 291-331.
- MARTIN, Hardy Elmiro. *Santa Cruz do Sul de colônia à freguesia, 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1979.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. *Identidades Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

- MENEZES, J. Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Santa Cruz do Sul: Typographia de Lamberts & Riedl, 1914.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *Negros de fala alemã*. GERTZ, René E. e FISCHER, Luis Augusto (Org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 238-239.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. 2. Edição revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- RIBEIRO, P. A. M e outros. *Arqueologia no Planalto Meridional entre os Vales dos Rio Jacuí e Pardo, RS*. Nota Prévia. Santa Cruz do Sul:
- RIBEIRO, P. A M. *Arqueologia do Vale do Rio Pardo, RS, Brasil*. Santa Cruz do Sul: Revista do CEPA, v. 18, n° 21, 1991.
- SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SEFFRIN, Guido. *O fumo no Brasil e no mundo*. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995, 186p.
- SEYFERTH, Giralda. *A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil : cultura, etnicidade, historia*. Canoas: ULBRA, 1994, p. 11-28.
- SILVA, Mozart Linhares da. *Educação, etnicidade e preconceito no Brasil*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.
- SKOLAUDE, Mateus Silva. *Identidades rasuradas: O caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

- SKOLAUDE, Mateus Silva. *A (in) visibilidade do negro em Santa Cruz do Sul de 1980-1990*. Anais do XXIV Simpósio nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: UNISINOS, 2007, p. 1-8.
- SCHUCH, Heitor José – *Sociedades alemãs: a cultura através dos tempos*. Porto Alegre, Corag, 2008. 212p
- TORNQUIST, Guido Albano, *Fronteiras novas de Misterhult a Mato Alto*. São Leopoldo. Gráfica Unisinos, 1993, 132p.
- VERBAND DEUTSCHER VEREINE, *Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul 1824-1924*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1924.
- VERBAND DEUTSCHER VEREINE, *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924*. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1924. Editora Unisinos. 1999. 648p. Traduzido por Arthur Blasio Rambo
- ZUBARAN, Maria Angélica. *Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias*. MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil : cultura, etnicidade, historia*. Canoas: ULBRA, 1994, p. 65-76.

NOTAS

Os nomes dos imigrantes alemães estão grafados da forma como foram encontrados nos documentos consultados. Nota-se que a partir da época que entraram em contato com cartórios para confecção de documentos houve aportuguesamento dos nomes. O período da Segunda Guerra Mundial e a perseguição aos alemães motivaram profundas mudanças na identidade dos imigrantes e seus descendentes.

Villa Thereza é grafado desta forma até a reforma ortográfica de 1931. Após esta data passou à grafia Vila Teresa. Assim, os autores adotaram a grafia conforme a data e as fontes consultadas.

Rincão da Serra não aparece na sequência das localidades porque, ainda, não é conhecida uma explicação para esta denominação nem foram identificados os primeiros colonos dos lotes coloniais. Sabe-se que era parte da Sesmaria de Dona Josefa Maria Branca, acompanhou o crescimento do Município e por esta localidade passava, por muito tempo, a principal estrada de ligação da região a outros municípios. Estava situada, privilegiadamente, entre os atoleiros do Arroio Plums e dos banhados do Rio Pardinho. Os carroceiros que vinham ou voltavam da Serra tinham que descansar seus animais, limpar e conservar suas enormes carroças. Lugar ideal para o descanso e renovação de forças.

OS AUTORES

Celeste Dummer é Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Formada em Letras Português/Inglês e Especialista em Literatura pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Autora do livro “A sala encena” e co-autora de “100 anos de ensino, pregação e testemunho” e “Escola Hannemann: 40 anos de educação e cooperação.”

Marina Amanda Barth é formada em História - Licenciatura Plena - pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Desde 2005 atuou como bolsista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade. Atualmente, além de se dedicar a pesquisa histórica e arqueológica, leciona na rede estadual de ensino.

Marli Silveira é formada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e Mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade de Santa Maria (UFSM). Atualmente coordena o Departamento de Cultura de Santa Cruz do Sul. Também lançou livros de poesia e filosofia.

Mateus Silva Skolaude é Professor de História, Especialista em História do Brasil e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Autor do livro “Identidades Rasuradas: caso das comunidades afro-descendentes de Santa Cruz do Sul (1970-2000)”. Edunisc



Lupa  ***Graf***

gráfica • editora

Rua Capitão Fernando Tatsch, 652 - Santa Cruz do Sul/RS
Fone: (51) 3715-6616 - www.lupagraf.com.br - lupagraf@lupagraf.com.br





SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Região: Vale do Rio Pardo

Clima: Subtropical

Altitude: 72 metros

Longitude: 52°32'00"

Latitude: 29°43'0"

Limites:

Norte com Santa Cruz do Sul e Sinimbu

Sul com Rio Pardo

Leste com Santa Cruz do Sul e Rio Pardo

Oeste com Candelária e Vale do Sol

Distância de Porto Alegre: 160 km

Vias de Acesso: RST 287, RS 409 e RST 471

População: 23 mil aproximadamente, sendo que a maioria da população se concentra na zona urbana

Hidrografia: Rio Pardo e Rio Pardinho



1959 2009

Vera Cruz
50
anos

ISBN 978-85-98355-03-0



9 788598 355030

Lupa  Graf

gráfica • editora

51 3715 6616 • www.lupagraf.com.br